



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

**SCE-IED**

**Sistema de Prestação de  
Informações de Capital  
Estrangeiro de Investimento  
Estrangeiro Direto**

**Manual do Declarante  
(eventos a partir de 01/10/2024)**

**Outubro 2024**

# Sumário

<b>1</b>	<b>Introdução .....</b>	<b>5</b>
1.1	Principais pontos de atenção em relação às normas .....	5
1.2	Base Legal .....	8
1.3	Credenciamento para acesso ao sistema .....	9
1.4	Perfis de usuários e serviços Sisbacen .....	9
1.5	Instituições Financeiras e atribuição de serviços do sistema .....	10
1.6	CDNR – Cadastro Declaratório de Não Residente e inscrição no CNPJ.....	10
<b>2</b>	<b>Acesso ao Sistema .....</b>	<b>11</b>
2.1	Login .....	11
2.1.1	Login via Conta Gov.br.....	12
2.1.2	Login Sisbacen .....	13
2.2	Tela Inicial.....	14
<b>3</b>	<b>Inclusão e consulta de receptor.....</b>	<b>16</b>
3.1	Inclusão de Receptor que possui CNPJ credenciado no Sisbacen .....	16
3.1.1	Inclusão de novo receptor por usuário sem Perfil de IF.....	16
3.1.2	Inclusão de novo receptor por usuário com Perfil de IF .....	17
3.2	Receptor que possui CNPJ, mas este último não está credenciado no Sisbacen .....	17
3.3	Receptores em Constituição .....	18
3.4	Vinculação ao Receptor de Código SCE-IED de Receptor em constituição .....	23
3.5	Dados de Contato para comunicação .....	24
3.6	Consulta de Receptor .....	25
3.6.1	Encerramento do Receptor .....	25
<b>4</b>	<b>Detalhamento do IED no Receptor (Código SCE-IED).....</b>	<b>27</b>
4.1	Inclusão de investidor não residente.....	27
4.2	Inativação e Reativação de investidores não residentes .....	28
4.3	Geração de relatório em PDF .....	29
4.4	Suspensões e penalidades .....	29
<b>5</b>	<b>Gestão de Mandatários.....</b>	<b>31</b>
5.1	Função dos mandatários do receptor .....	31
5.2	Inclusão e exclusão de mandatários.....	31
<b>6</b>	<b>Movimentações do Investimento .....</b>	<b>33</b>
6.1	Câmbio .....	34
6.2	TIR.....	35
6.3	Capitalização em bens .....	36
6.3.1	Definições – ativos virtuais.....	36
6.3.2	Definições – bens intangíveis .....	37

6.4	Conversão em IED .....	38
6.5	Conferência internacional de quotas ou ações.....	40
6.6	Demais movimentações .....	42
<b>7</b>	<b>Canais de atendimento.....</b>	<b>43</b>
7.1	Credenciamento no Sisbacen, reabilitação de senha, inclusão de novo máster ou problemas de acesso ao sistema .....	43
7.2	Dúvidas sobre o sistema .....	43
<b>8</b>	<b>Perguntas frequentes .....</b>	<b>44</b>
8.1	O que é o sistema SCE-IED?.....	44
8.2	Qual a definição de capital estrangeiro no país?.....	44
8.3	O que é considerado IED para efeito da prestação de informações de IED no sistema?..	44
8.4	Qual a base legal para a prestação de informações de IED? .....	45
8.5	O que é um receptor?.....	45
8.6	O que é CDNR?.....	45
8.7	O que caracteriza o Investidor como não residente?.....	46
8.8	O que é um mandatário no sistema?.....	46
8.9	O não lançamento do IED no sistema está sujeito a algum tipo de penalidade?.....	46
8.10	O Banco Central do Brasil é responsável por garantir a veracidade, legalidade e fundamentação econômica dos dados lançados no sistema?.....	47
8.11	Quem deve acessar o sistema? É necessário contratar alguém para fazê-lo? .....	47
8.12	Quem deve acessar o sistema quando o receptor do investimento é uma empresa em constituição? O que é preposto?.....	47
8.13	Quem pode incluir uma pessoa jurídica ou pessoa física como mandatário no sistema SCE-IED?.....	48
8.14	É necessária alguma documentação para constituição de mandatários no sistema?.....	48
8.15	Como reabilitar senhas de acesso ao Sisbacen ou incluir um novo máster?.....	48
8.16	Erro “Identificação e/ou senha inválidas” ao tentar acessar o sistema: como proceder?49	
8.17	Qual valor deve ser lançado como investimento no sistema? .....	49
8.18	Qual o procedimento para a prestação de informações de IED de filiais de empresas estrangeiras autorizadas a operar no país?.....	49
8.19	Quais as principais alterações em relação ao sistema anterior? .....	49
8.20	Foram migrados os dados dos sistemas anteriores? .....	50
8.21	Há necessidade de confirmação dos dados migrados dos sistemas anteriores? .....	50
8.22	É necessário realizar o lançamento de subscrição de capital?.....	50
8.23	Como vincular um contrato cambial, liquidado antes de 01/09/2000, a um Código SCE-IED, no sistema?.....	50

8.24	Para alterações de participação societária de investidor estrangeiro, vinculadas a operações cambiais ou a movimentação de recursos de interesse de terceiros em contas de não residentes em reais, qual data deve ser informada no lançamento de um novo QS atualizado?..50
8.25	É necessário lançar distribuição de lucros, dividendos ou juros sobre capital próprio?...51
8.26	Qual o procedimento para declarar a venda da participação societária de um investidor não residente para um investidor residente? .....51
8.27	Como proceder quando o Investidor não Residente vendeu suas cotas a um investidor residente, mas o pagamento foi feito no exterior? .....51
8.28	Como proceder quando o Investidor não residente se torna residente no país? .....52
8.29	Quando um investidor residente se torna não residente (saída definitiva do país), como proceder com a prestação de informações de IED no sistema? .....52
8.30	Como proceder no caso de mudança de razão social de receptor ou de investidor não residente?.....52
8.31	Como realizar a transferência de investimento direto para investimento em portfólio e vice-versa? .....52
8.32	Como realizar conversão de crédito remissível em investimento direto?.....53
8.33	Como regularizar, para fins de prestação de informações de IED, a integralização de capital pelo investidor não residente mediante a entrega de imóvel de sua propriedade?.....53
8.34	Os dividendos, juros e retorno de capital relativos a investimentos lançados em moeda nacional, seja por terem sido ingressados via TIR ou via movimentação de recursos de interesse de terceiros em contas de não residentes em reais, ou por terem sido declarados na forma do art. 5º da Lei nº 11.371/06, podem ser remetidos para o exterior via operação de câmbio ou por movimentação de recursos de interesse de terceiros em contas de não residentes em reais?....53
8.35	É possível declarar no Banco Central do Brasil adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC? .....54
8.36	É devida a prestação de informações de IED relativa à participação de investidor não residente em sociedade em conta de participação – SCP?.....54
8.37	Como deve ser lançada uma absorção de prejuízo contábil no sistema?.....54
8.38	Quais tipos de receptores (Naturezas Jurídicas) são passíveis da prestação de informações de IED?.....54
8.39	Preciso alterar o contato do receptor. Como devo proceder?.....55

# 1 Introdução

Este Manual do Declarante contém as instruções para a prestação de informações de investimento estrangeiro direto (IED) prevista pela Resolução BCB nº 278, de 31 de dezembro de 2022, complementada pelas disposições transitórias dadas pela Resolução BCB nº 281, também de 31 de dezembro de 2022.

A prestação de informações de IED, de responsabilidade dos receptores, é realizada através do **Sistema de Prestação de Informações de Capital Estrangeiro de Investimento Estrangeiro Direto (Sistema SCE-IED)**.

Os receptores de IED podem prestar as informações diretamente ou por intermédio de seus mandatários. Em qualquer dos casos, cabe aos receptores a responsabilidade pela veracidade e legalidade das informações prestadas.

**Observação:** Neste Manual, no âmbito da prestação de informações de IED, o código investimento estrangeiro direto será referenciado simplesmente como **Código SCE-IED**. Em caso de dúvidas com relação a outros termos utilizados neste Manual, recomendamos consultar a seção [8 – Perguntas frequentes](#).

## 1.1 Principais pontos de atenção em relação às normas

- A Resolução BCB nº 278, de 31 de dezembro de 2022, que regulamenta a Lei nº 14.286/21, dispõe sobre a obrigatoriedade da prestação de informações de IED. Pontos de destaque:
  - **Imposição de pisos declaratórios calculados sobre o valor das movimentações** que ocorram, desde 31/12/2022, sejam elas de câmbio ou via movimentação de recursos de interesse de terceiros em contas de não residentes em reais, bens ou sob outras formas:

*Art. 32. A prestação de informações de operações de investimento estrangeiro direto deve ser realizada pelo responsável quando:*

*I - ocorrer transferência financeira, inclusive movimentação de recurso de interesse de terceiro em conta de não residente em reais, relacionada a investidor não residente de valor igual ou superior a US\$100.000,00 (cem mil dólares dos Estados Unidos da América) ou seu equivalente em outras moedas;*

*II – ocorrer movimentação, nos casos previstos no art. 36, de valor igual ou superior a USD100.000,00 (cem mil dólares dos Estados Unidos) ou seu equivalente em outras moedas; ou*

*III – ocorrer a data-base das declarações periódicas previstas nos arts. 38 a 40, para os receptores sujeitos a tais declarações.*

*Parágrafo único. As situações previstas nos incisos I e II do caput não se aplicam às transferências financeiras e às movimentações envolvendo valores mobiliários negociados em mercado organizado e às operações com tais valores mobiliários realizadas fora de mercado organizado nos casos previstos na regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).*

○ **Atenção aos valores e critérios para a obrigatoriedade da prestação de declarações periódicas trimestrais, anuais e quinquenais:**

*Art. 38. A declaração trimestral deve ser prestada pelo receptor de investimento estrangeiro direto que, na data-base da declaração trimestral de referência, tiver ativos totais em valor igual ou superior a R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).*

*Parágrafo único. As datas-bases trimestrais de referência são 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano.*

*Art. 39. A declaração anual deve ser prestada pelo receptor de investimento estrangeiro direto que, na data-base de 31 de dezembro do ano anterior, tiver ativos totais em valor igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais).*

*Art. 40. A declaração quinquenal, cuja data-base é 31 de dezembro de ano calendário terminado em 0 (zero) ou 5 (cinco), deve ser prestada pelo receptor de investimento estrangeiro direto que, na data-base de 31 de dezembro do ano anterior, tiver ativos totais em valor igual ou superior a R\$100.000,00 (cem mil reais).*

*Parágrafo único. Não haverá declaração anual nos anos em que houver declaração quinquenal.*

- A Resolução BCB nº 281, de 31 de dezembro de 2022, regulamenta disposições transitórias a serem observadas em conjunto com a Resolução BCB nº 278/22, que regulamenta a Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021, em relação ao capital estrangeiro no país, nas operações de crédito externo e de IED, bem como a prestação de informações ao Banco Central do Brasil.
- Desde 01/01/2022, movimentações financeiras via câmbio ou via movimentações de recursos de interesse de terceiros em contas de não residentes em reais somente serão vinculadas ao Sistema SCE-IED quando de valor igual ou superior ao equivalente a USD100.000,00 (cem mil dólares dos Estados Unidos).

- Desde 01/11/2023, não são exigidas operações simultâneas de câmbio derivadas de conversões e de conferência internacional. Há duas abas, no detalhamento do IED no receptor, para que sejam informadas movimentações relacionadas a:
  - “Conversão”, destinada a informar as conversões em IED oriundas de:
    - Serviços
    - Operações de crédito sem obrigatoriedade de SCE-Crédito
    - Dividendos e JSCP
    - Demais
  - “Conferência internacional”.
- A conversão de uma operação de crédito externo não sujeita a prestação de informações no sistema SCE-Crédito para uma operação de IED sujeita a prestação de informações no sistema SCE-IED deverá ser declarada conforme a seção [6.4 Conversão em IED](#), quando de valor igual ou superior a US\$100.000,00 (cem mil dólares dos Estados Unidos da América) ou seu equivalente em outras moedas.
- Desde 01/11/2023, as **conversões entre operações sujeitas a prestação de informações nos sistemas SCE-IED e SCE-Crédito** não são objeto de simultâneas de câmbio, sendo informadas apenas no sistema SCE-Crédito, ou seja, não há a prestação de informações sobre este tipo de movimentação no sistema SCE-IED. **Entretanto, cumpre observar que tal regra não exime os receptores de IED dos critérios de obrigatoriedade de prestação de declarações periódicas**, instituídos pelos arts. 37 a 41 da Resolução BCB nº 278/22.
- **As transferências entre RDE-Portifólio e SCE-IED continuam a exigir simultâneas de câmbio**, quando de valor igual ou superior a US\$100.000,00 (cem mil dólares dos Estados Unidos da América) ou seu equivalente em outras moedas, onde deverá ser informado o Código SCE-IED correspondente.
- **Desde 01/10/2024, não são mais declarados o Quadro Societário e a Declaração Econômico-Financeira. A última Declaração Econômico-Financeira refere-se à data-base 30/06/2024.**
- **Desde 01/10/2024, não é mais necessário atualizar, em até 30 dias, o valor do capital integralizado por cada investidor, após a alteração da composição societária, o que somente será requerido quando da prestação de nova Declaração Periódica, e somente se esta for exigida da Receptora, de acordo com os critérios de obrigatoriedade da referida declaração;**
- **Futuras versões do sistema SCE-IED contemplarão a coleta das declarações periódicas trimestrais, anuais e quinquenais, as quais ainda não podem ser declaradas. A previsão**

para o início da coleta da declaração periódica trimestral é 11/11/2024 e refere-se à data-base 30/09/2024.

- Desde 01/10/2024, não é mais requerida informação sobre a movimentação decorrente de:
  - cessão, permuta e conferência de quotas ou ações entre investidores residentes e não residentes, ou entre investidores não residentes;
  - reorganização societária;
  - reinvestimento.
- Equivalência em dólares dos Estados Unidos:
  - A equivalência em dólares dos Estados Unidos de moedas estrangeiras é apurada com aplicação das cotações para contabilidade das paridades disponíveis no Sistema de Informações Banco Central (Sisbacen) do dia útil anterior, observando-se que:
    - I - para moedas do tipo “A”, deve ser utilizada a paridade de venda da seguinte forma: valor na moeda estrangeira dividido pela paridade;
    - II - para moedas do tipo “B”, deve ser utilizada a paridade de compra da seguinte forma: valor na moeda estrangeira multiplicado pela paridade.
  - A equivalência do real em dólares dos Estados Unidos é apurada da seguinte forma: valor em reais dividido pela sua cotação para contabilidade de venda do dia útil anterior disponível no Sisbacen.

Como forma de auxílio, sugerimos consulta ao conversor de moedas do Banco Central do Brasil, disponível em <https://www.bcb.gov.br/conversao>

## 1.2 Base Legal

A prestação de informações sobre IED ao Banco Central do Brasil tem como base a Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021, que alterou/revogou dispositivos da Lei nº 4.131/62, revogou os arts. 65 e 72 da Lei nº 9.069/95 e revogou o art. 5º da Lei nº 11.371/06.

Adicionalmente, cabe mencionar a Resolução BCB nº 278/22 (com as alterações dadas pela Resolução BCB nº 410/24), que regulamenta a Lei nº 14.286/21, bem como Resolução BCB nº 281/22, que regulamenta disposições transitórias sobre a prestação de informações de IED.



### 1.3 Credenciamento para acesso ao sistema

Para acessar o sistema é necessário o credenciamento prévio no **Sistema de Informações Banco Central (Sisbacen)**. Para mais informações sobre credenciamento no Sisbacen, verificar as instruções disponíveis no *site* do Banco Central do Brasil na Internet, no endereço <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/sisbacen> ou através da Central Telefônica de Atendimento ao Cidadão do Banco Central do Brasil – Telefone **145** (Ligação Direta – sem DDD).

### 1.4 Perfis de usuários e serviços Sisbacen

Os perfis de cada usuário no sistema são definidos pelos chamados **serviços Sisbacen**. Por exemplo, para que um determinado usuário de uma pessoa jurídica possa cadastrar sua empresa como receptor de IED no sistema e incluir/editar a prestação de informações de IED ao Banco Central do Brasil, ele deve possuir o serviço de **Perfil de Receptor** atribuído ao seu usuário no Sisbacen. Já para que determinado usuário possa atuar como mandatário de outros receptores, ele deve possuir o respectivo serviço de **Perfil Mandatário** atribuído ao seu usuário no Sisbacen. Os serviços disponíveis aos usuários no sistema são:

- **SRDE0100 – Perfil Receptor** – Necessário para incluir o receptor – a cujo CNPJ o *login* estará vinculado – no sistema. Disponível apenas para pessoas jurídicas;
- **SRDE0102 – Perfil Preposto** – Necessário para cadastrar um receptor em constituição (ver seção [3.3 – Receptores em Constituição](#)). Disponível para pessoas físicas e jurídicas;
- **SRDE0107 – Perfil Mandatário** – Necessário aos usuários responsáveis por acessar, alterar ou criar a prestação de informações de IED ao Banco Central do Brasil em nome de receptores. Disponível para pessoas físicas e jurídicas;
- **SRDE0103 – Perfil de Instituição Financeira (IF)** – Permite gerenciar mandatários de receptores, desde que autorizados conforme normativos vigentes (este serviço Sisbacen está disponível apenas para Instituições Financeiras).

O usuário *máster* de toda pessoa jurídica (exceto Instituições Financeiras) **já tem a ele atribuídos** os serviços de **Perfil Receptor (SRDE0100)**, **Perfil Mandatário (SRDE0107)** e **Perfil Preposto (SRDE0102)**. Ou seja, se o próprio usuário *máster* do receptor é quem realizará ou gerenciará a prestação de informações de IED ao Banco Central do Brasil, então não há necessidade de nenhuma ação adicional para utilização do sistema. Contudo, para que outro usuário da pessoa jurídica atue com o **Perfil Receptor** ou **Perfil Mandatário**, na prestação de informações de IED ao Banco Central do Brasil, será necessário que o *máster* desta empresa atribua os respectivos serviços Sisbacen ao usuário em questão, através do sistema **Autran - Gerência de Autorizações**. Para mais informações ou auxílio sobre o procedimento de atribuição de serviços Sisbacen, consultar o *site* do Banco Central do Brasil

na página <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/sisbacen> (ao lado direito há um botão azul intitulado <Autran – Gerência de Autorizações>) ou utilizar a Central Telefônica de Atendimento ao Cidadão do Banco Central do Brasil – Telefone **145** (Ligação Direta – sem DDD).

## 1.5 Instituições Financeiras e atribuição de serviços do sistema

Não é atribuído automaticamente nenhum serviço do sistema a usuários de Instituições Financeiras, diferentemente do caso de outros tipos de empresas. Logo, é necessário que o *máster* da Instituição Financeira atribua manualmente, via sistema Autran, os serviços desejados para cada usuário, inclusive, ser for o caso, o **Perfil de Instituição Financeira - SRDE0103** que permite a gestão de mandatários de receptores, desde que devidamente autorizada, conforme normativos vigentes.

## 1.6 CDNR – Cadastro Declaratório de Não Residente e inscrição no CNPJ

De acordo com normas da Receita Federal, todos os investidores estrangeiros diretos, sejam eles pessoas físicas ou jurídicas, devem estar inscritos, respectivamente, no CPF ou no CNPJ.

As pessoas físicas estrangeiras podem obter o CPF diretamente na Receita Federal ou em representações diplomáticas do Brasil em seus países de origem.

As pessoas jurídicas não residentes no Brasil, por sua vez, com o intuito de se tornarem investidores estrangeiros diretos no capital de receptor residente no país, **deverão solicitar inscrição no CNPJ, por meio da criação de um CDNR – Cadastro Declaratório de Não Residente**. O sistema **CDNR** é acessível através da página do Banco Central do Brasil na Internet, na área de **Estabilidade Financeira → Câmbio e Capitais internacionais → Capitais internacionais → Prestação de informações de capitais estrangeiros no país → Acesso aos sistemas → Cadastro Declaratório de Não Residente (CDNR)**.

Link: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/capitaisestrangeiros>

Mais informações sobre o CDNR podem ser obtidas no Manual do CDNR, disponível na mesma página da internet, ou através da Central Telefônica de Atendimento ao Cidadão do Banco Central do Brasil – Telefone **145** (Ligação Direta – sem DDD).

### Atenção:

- (1) Pessoas físicas estrangeiras, após obterem o CPF, **não precisam** de um **CDNR** para serem declaradas como investidoras no sistema.
- (2) Pessoas jurídicas não residentes que já possuam CNPJ também **não precisam** criar um **CDNR** para serem declaradas como investidoras.

## 2 Acesso ao Sistema

### 2.1 Login

O acesso ao sistema é realizado pela página do Banco Central do Brasil na Internet, na área **Estabilidade Financeira → Câmbio e Capitais internacionais → Capitais internacionais → Prestação de informações de capitais estrangeiros no país → Acesso aos Sistemas → Prestação de Informações de Capital Estrangeiro de Investimento Estrangeiro Direto (SCE-IED) – eventos a partir de 01.10.2024**, conforme figuras 1 e 2:



Figura 1: Acesso à área "Prestação de informações de capitais estrangeiros no país".

## Prestação de informações de capitais estrangeiros no país

Os sistemas abaixo permitem a prestação de informações de capitais estrangeiros no País.

### Prestação de Informações de Capital Estrangeiro de Investimento Estrangeiro Direto (SCE-IED)

Permite a prestação de informações de investimento estrangeiro direto em receptor residente no País. O que caracteriza um investimento direto é sua intenção de longa permanência e a aquisição fora dos mercados organizados de balcão e bolsas de valores.

Há dois sistemas SCE-IED disponíveis, um para prestação de informações de eventos até 30.09.2024 e outro para eventos posteriores.

### Prestação de Informações de Capital Estrangeiro de Crédito Externo (SCE-CE) 5

Permite a prestação de informações de operações de crédito externo concedidas a pessoas físicas ou jurídicas residentes no País.

### Cadastro Declaratório de Não Residente (CDNR)

Permite cadastramento dos participantes de operações de crédito externo, pessoas físicas ou jurídicas. Além disso, através desse sistema, a pessoa jurídica não residente poderá solicitar inscrição no CNPJ, com intuito de se tornar investidora direta no capital de um receptor residente no País ou para fazer parte, como credora, de alguns tipos de operações de crédito externo, sempre que sua inscrição no CNPJ seja necessária, de acordo com normas editadas pela Receita Federal do Brasil.

### Acesso aos sistemas

Para acessar os sistemas de prestação de informações de capital estrangeiro é necessário conta do tipo:

- **Sisbacen** - qualquer sistema, ou
- **Gov.br** - qualquer sistema, exceto RDE-Portfólio

Prestação de Informações de Capital Estrangeiro de Crédito Externo (SCE-Crédito)

Prestação de Informações de Capital Estrangeiro de Investimento Estrangeiro Direto (SCE-IED) - eventos a partir de 01.10.2024 -

Prestação de Informações de Capital Estrangeiro de Investimento Estrangeiro Direto (SCE-IED) - eventos até 30.09.2024 -

Investimento Estrangeiro em Portfólio (RDE-Portfólio)

Cadastro Declaratório de Não Residente (CDNR)

Figura 2: Navegação na área "Prestação de informações de capitais estrangeiros no país".

Persistindo dúvidas, consulte o BC pelo e-mail [rde-ied@bcbr.gov.br](mailto:rde-ied@bcbr.gov.br)

Alternativamente, pode-se optar pelo acesso direto ao link: [www3.bcb.gov.br/sce-ied](http://www3.bcb.gov.br/sce-ied).

Após o clique no botão **Prestação de informações de Capital Estrangeiro de Investimento Estrangeiro Direto (SCE-IED)**, é apresentada ao usuário a tela de *login*, onde é possível acessar o sistema **SCE-IED**, tanto por uma conta Gov.br quanto pelo credenciamento no Sisbacen.

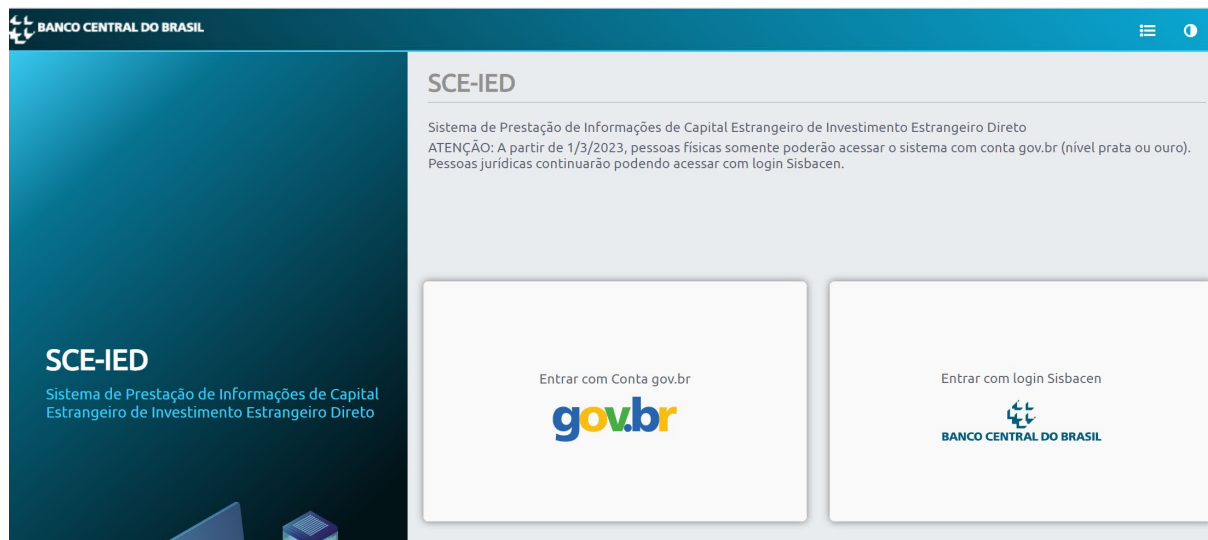


Figura 3: Tela de login do sistema.

### 2.1.1 Login via Conta Gov.br

O usuário que possuir Conta Gov.br poderá acessar o sistema, a depender do nível de segurança e confiabilidade da conta, do tipo de relacionamento com o Receptor e da natureza deste último.

Primeiramente, a Conta Gov.br deve ter o nível de segurança e confiabilidade **PRATA** ou **OURO**. As possibilidades de acesso são:

- **Pessoa física agindo em nome de Receptor:**
  - pessoa física **previamente** cadastrada como **mandatário** do Receptor, em funcionalidade específica do sistema SCE-IED (ver seção 5 – [Gestão de Mandatários](#)) ou;
  - pessoa física cuja Conta Gov.br esteja vinculada, no cadastro Gov.br, como sócio administrador ou contador:
    - do Receptor ou;
    - de algum mandatário do Receptor.
  
- **Pessoa física agindo em nome de Instituição Financeira:** Não poderá acessar o sistema SCE-IED utilizando a Conta Gov.br. Este tipo de acesso é restrito ao login Sisbacen, através de conta de pessoa jurídica (ver seção [2.1.2 – Login Sisbacen](#)).

- **Pessoa física agindo como Preposto do Receptor:**
  - Se a pessoa física agir, diretamente, via seu CPF, como **Preposto do Receptor**, poderá acessar o sistema via Conta Gov.br, para este fim;
  - Por outro lado, mesmo que a pessoa física tenha sua Conta Gov.br vinculada, no cadastro Gov.br, como sócio administrador ou contador de uma pessoa jurídica que seja (esta última) o **Preposto do Receptor**, deve acessar o sistema, exclusivamente, via login Sisbacen (ver seção [2.1.2 – Login Sisbacen](#)).

Caso tenha dúvidas a respeito do credenciamento na Conta gov.br, favor encaminhar um e-mail para: [atendimentogovbr@economia.gov.br](mailto:atendimentogovbr@economia.gov.br).

### 2.1.2 Login Sisbacen

- Se **pessoa jurídica**: informar o **Código da Instituição** (5 dígitos) e o **Código da Dependência** (4 dígitos), obtidas no credenciamento no Sisbacen, bem como o *login* do usuário (campo **Operador**) e a **Senha**. Formato da conta institucional = IIIIIDDDD.OPERADOR. Clicar no botão **Entrar**, conforme tela apresentada abaixo:

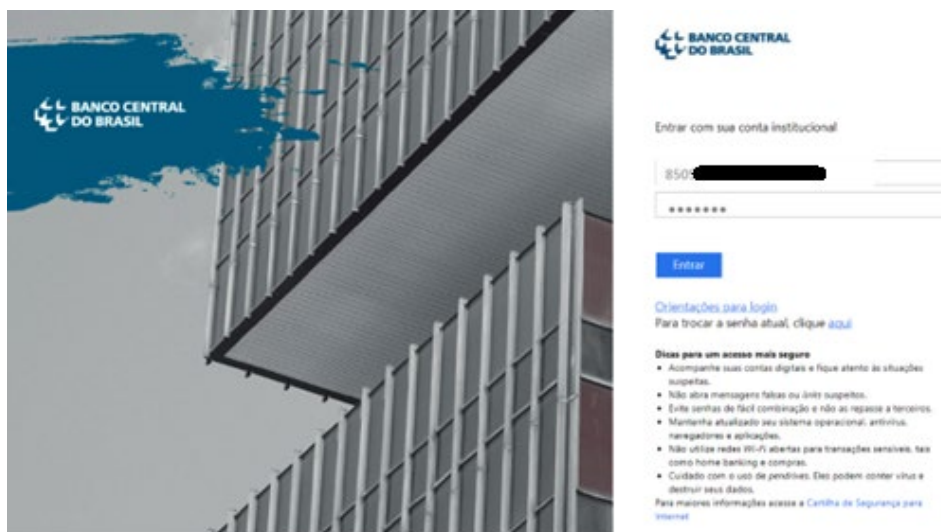


Figura 4: Tela de login – pessoa jurídica.

- Se **pessoa física**: pessoas físicas somente poderão acessar o sistema SCE-IED via conta Gov.br (ver seção [2.1.1 – Login via Conta Gov.br](#)).

## 2.2 Tela Inicial

Após realizado o login, é apresentada ao usuário a tela inicial do sistema, onde será possível acessar suas principais funcionalidades e verificar quais perfis o usuário possui, conforme apresentado na tela a seguir:



Figura 5: Tela inicial do sistema

- **Gestão de declarações:** [opção 1] disponível apenas para quem possui **Perfil Receptor ou Perfil Mandatário** – utilizada para gerir as informações de IED prestadas pelo receptor, permitido busca pelo:
  - CNPJ8 (apenas os oito primeiros dígitos do CNPJ) do receptor ou;
  - CNPJ/CPF completo do investidor não residente ou;
  - Código SCE-IED.
- **Inclusão de receptores e gestão de mandatários:** [opção 2] disponível apenas para quem possui **Perfil Receptor, Perfil Mandatário ou Perfil de Instituição Financeira** – utilizada para:
  - Inclusão de receptor que já possui CNPJ, conforme a seção [3.1](#) – [Inclusão de Receptor que possui CNPJ credenciado no Sisbacen](#).
  - gestão de mandatários: inclusão, exclusão de mandatários, conforme a seção [5](#) – [Gestão de Mandatários](#).
- **Gestão de receptores em constituição:** [opção 3] disponível apenas para quem possui **Perfil Preposto (SRDE0102)** – utilizada para a inclusão de receptor que ainda não possui CNPJ (em constituição) e sua prestação de informações de IED, conforme abordado na seção [3.3](#) [Receptores em Constituição](#).

Nos cantos superiores direito e esquerdo da tela inicial do sistema [opção 4], são oferecidas informações sobre o usuário *logado* no sistema e a funcionalidade de *logout* (sair do sistema). Na [opção 5], há informações sobre os perfis que o usuário possui, conforme o exemplo, na figura a seguir, para um usuário de pessoa jurídica:

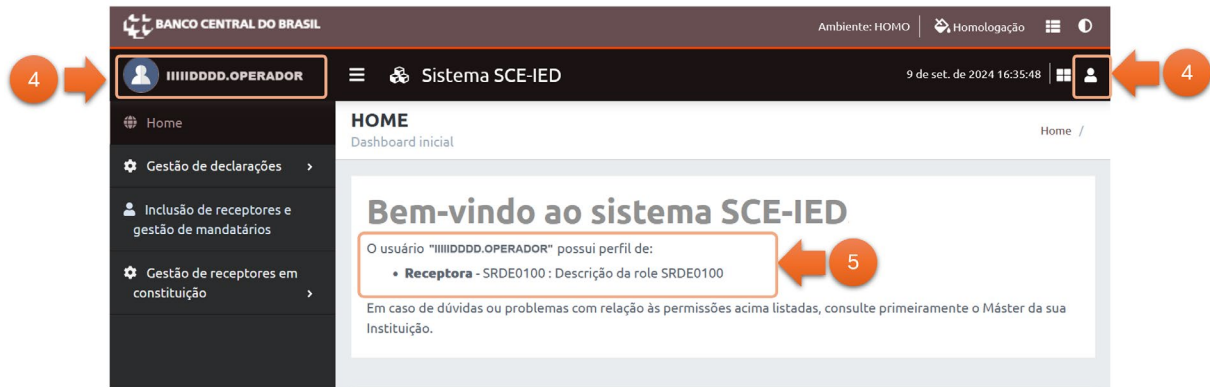


Figura 6: Informações sobre o usuário logado no sistema.

Os próximos capítulos descrevem as etapas necessárias para inclusão, alteração e pesquisa da prestação de informações de IED, através de exemplos que melhor ilustram as funcionalidades e a navegação no novo sistema.



## 3 Inclusão e consulta de receptor

### 3.1 Inclusão de Receptor que possui CNPJ credenciado no Sisbacen

Uma vez que o CNPJ do receptor residente no País esteja devidamente credenciado no Sisbacen, ele poderá ser incluído no sistema como **receptor** de Investimento Estrangeiro Direto (IED), através da [opção 2] da [Figura 5: Tela inicial do sistema](#)

#### 3.1.1 Inclusão de novo receptor por usuário sem Perfil de IF

Se o usuário não possuir o **Perfil de IF**, ele encontrará uma lista de todos os CNPJ base de empresas que ele representa, no campo “Insira o CNPJ base do receptor”. Nesta lista, ele deve selecionar o CNPJ base daquele novo receptor que ele quer incluir no SCE-IED e clicar no botão **+ Incluir** ..

Em seguida, serão solicitados dados básicos de contato do receptor.

A imagem mostra a interface de usuário do sistema Sisbacen, especificamente a tela de "INCLUSÃO DE RECEPTORES E GESTÃO DE MANDATÁRIOS". O cabeçalho indica o ambiente de desenvolvimento (HOMO) e o sistema (Sistema SCE-IED). O usuário logado é "IIIIIDDD.OPERADOR".

O formulário principal, intitulado "Inclusão do receptor", contém os seguintes campos:

- Dados básicos do receptor:**
  - CNPJ do receptor: NN.NNN.NNN
  - Nome do receptor: RECEPTOR RESIDENTE "A"
- CPF do responsável (Responsável pelo receptor):**
  - CPF do responsável: Insira o CPF do responsável
  - Nome do responsável:
  - E-mail: @
  - Telefone do responsável:
- CPF do responsável (Mandatário ou 2º contato do receptor):**
  - CPF do responsável: Insira o CPF do responsável/mandatario
  - Nome do responsável:
  - E-mail: @
  - Telefone do responsável:

Botões de ação: "+ Abrir pesquisa" (topo direito) e "+ Incluir" (botão de inclusão).

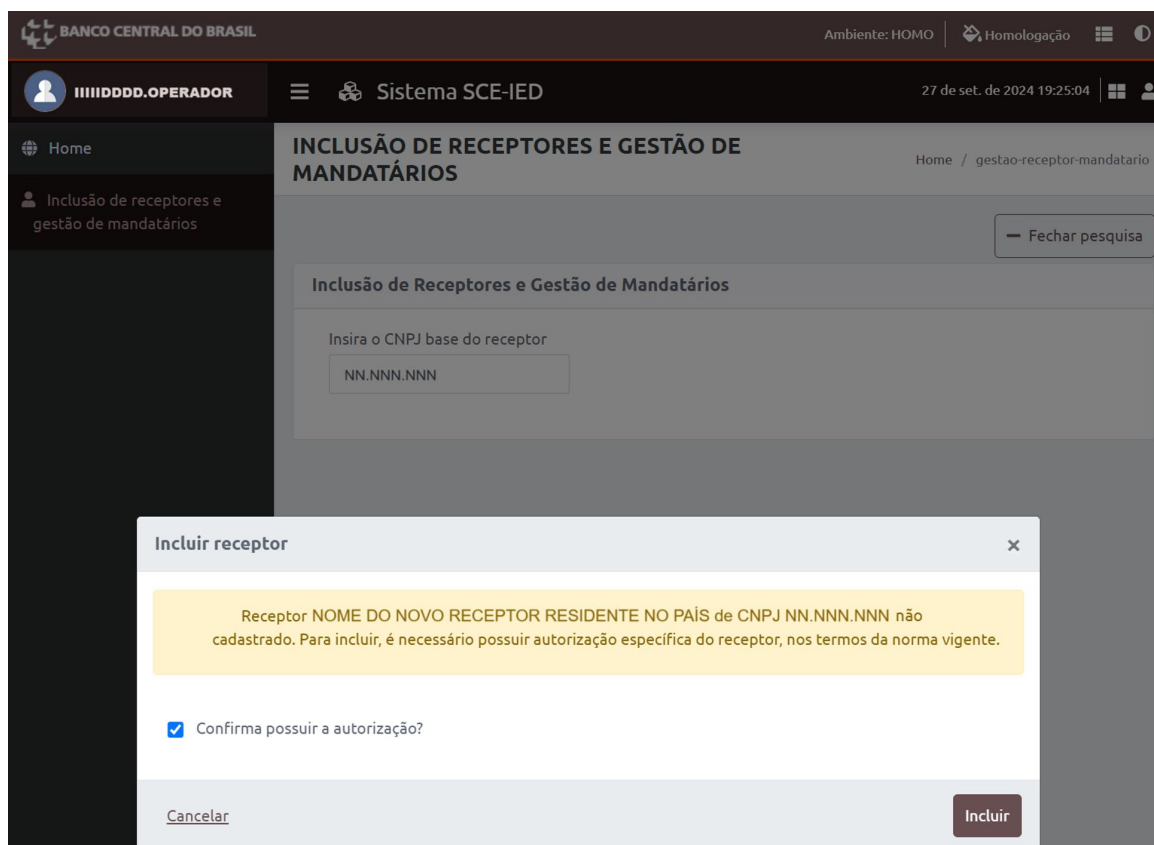
Em seguida, serão solicitados dados básicos de contato do receptor. A inclusão estará concluída, quando se receber a seguinte mensagem do sistema:

A imagem mostra uma caixa de diálogo de mensagem de sucesso. O título é "Inclusão realizada com sucesso". O conteúdo da mensagem é "O receptor foi incluído com sucesso.". Há um botão "Fechar" no canto inferior direito.

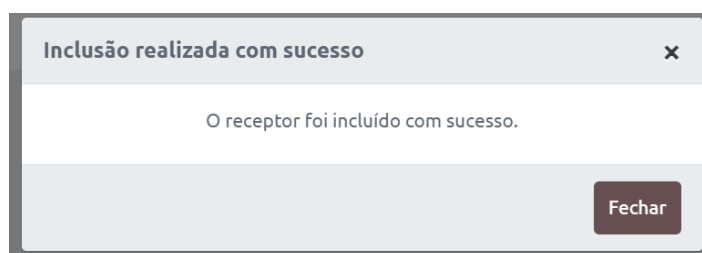


### 3.1.2 Inclusão de novo receptor por usuário com Perfil de IF

Se o usuário possuir o **Perfil de IF**, para incluir um novo receptor, ele necessitará digitar o CNPJ base deste último, no campo “Insira o CNPJ base do receptor”. O sistema informará que o CNPJ desta empresa residente não está cadastrado como receptor e pedirá para o usuário confirmar que possui autorização específica do receptor, nos termos da norma vigente, tal qual no exemplo da tela a seguir:



Em seguida, serão solicitados dados básicos de contato do receptor. A inclusão estará concluída, quando se receber a seguinte mensagem do sistema:



## 3.2 Receptor que possui CNPJ, mas este último não está credenciado no Sisbacen

Caso o CNPJ base do receptor não esteja disponível no sistema SCE-IED, o usuário deverá entrar em contato com a equipe de atendimento pelo e-mail apresentado na seção [7.2 – Dúvidas sobre o sistema](#), comunicando o ocorrido e informando o CNPJ em questão.

### 3.3 Receptores em Constituição

Como se sabe, o Código SCE-IED é requerido para a liquidação de câmbios de valor igual ou superior a US\$100.000,00 (cem mil dólares dos Estados Unidos da América) ou seu equivalente em outras moedas, sempre que o código finalidade do câmbio estiver associado ao SCE-IED. Entretanto, para a obtenção do Código SCE-IED, normalmente, é necessário que o receptor esteja inscrito no cadastro CNPJ da RFB.

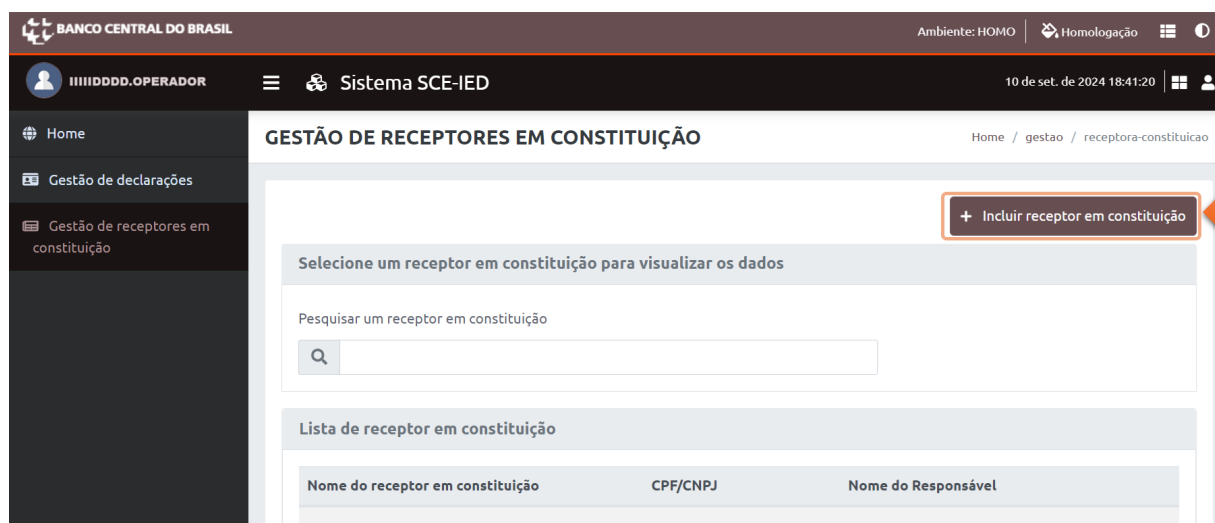
A funcionalidade de **receptor em constituição** permite que seja(m) gerado(s) Código(s) SCE-IED para um **receptor ainda sem CNPJ, ou seja, em constituição**. Para isto, basta que seja informada a pessoa física ou jurídica designada pelo investidor para receber os recursos, em nome deste último. Esta figura será, doravante, designada como **“Preposto”**.

É importante observar que só se justifica a criação de um Código SCE-IED, nesta situação, se houver necessidade de ingresso de recursos antes do receptor obter seu CNPJ.


Um exemplo ilustrativo é o caso da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI) que vai receber aporte de capital de investidor não residente. O capital social deste tipo de empresa, segundo a legislação, precisa ser integralizado, no momento da efetivação do seu ato constitutivo. Se o capital para constituir a empresa vier do exterior, a única maneira de se gerar um Código SCE-IED, para permitir a liquidação da operação de câmbio, será através do mecanismo do **receptor em constituição**.

Para tanto, é necessário que a pessoa física ou jurídica, designada pelo investidor para receber os recursos, o **Preposto**, acesse o sistema SCE-IED com o perfil **SRDE0102 – Perfil Preposto** e aceda ao item de menu “Gestão de receptores em constituição”.

Para a inclusão de novo **receptor em constituição**, deve-se clicar no botão <Incluir receptor em constituição>, conforme tela a seguir.



A imagem mostra a interface de usuário do sistema SCE-IED do Banco Central do Brasil. No topo, há o logotipo do Banco Central do Brasil e o ambiente de teste 'HOMO'. O usuário está logado como 'IIIIIDDDD.OPERADOR' no dia 10 de set. de 2024 às 18:41:20. O menu lateral contém 'Home', 'Gestão de declarações' e 'Gestão de receptores em constituição'. O título da página é 'GESTÃO DE RECEPTORES EM CONSTITUIÇÃO'. O conteúdo principal inclui um botão '+ Incluir receptor em constituição' destacado com uma seta laranja, uma seção para selecionar um receptor, um campo de pesquisa e uma tabela vazia com o cabeçalho: 'Lista de receptor em constituição', 'Nome do receptor em constituição', 'CPF/CNPJ' e 'Nome do Responsável'.

Deve-se informar um nome para o receptor em constituição e clicar no botão  ..

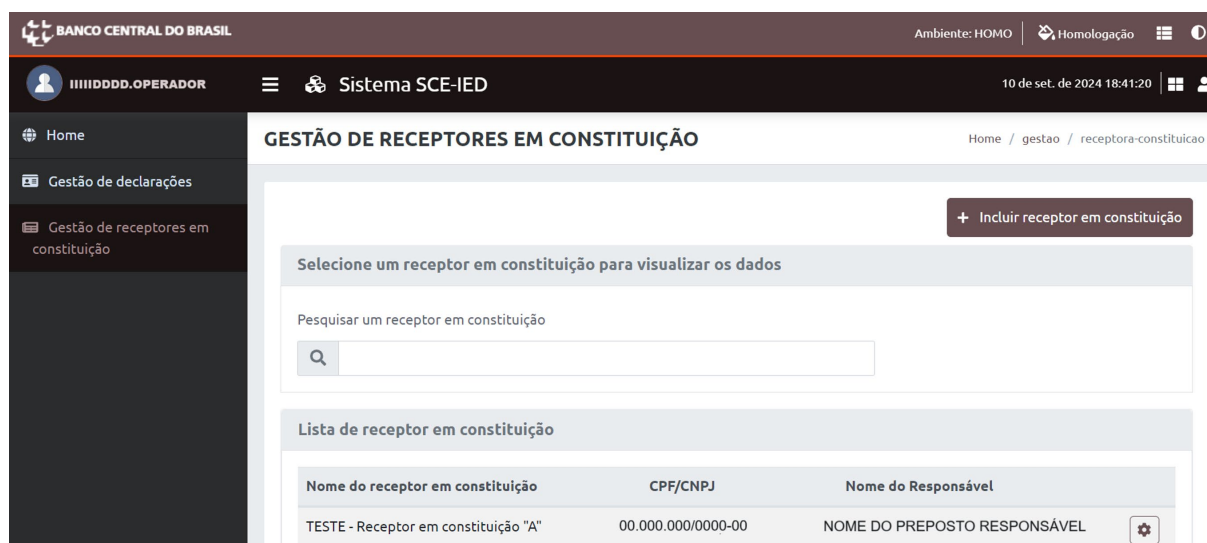


Nome do receptor em constituição

TESTE - Receptor em constituição "A"

O **Preposto** terá seus CPF/CNPJ e nome gravados, conforme a tela a seguir, ao lado do nome do receptor em constituição, no campo “Nome do Responsável”.

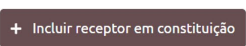


BANCO CENTRAL DO BRASIL | Ambiente: HOMO | Homologação

IIIIIDDDD.OPERADOR | Sistema SCE-IED | 10 de set. de 2024 18:41:20

### GESTÃO DE RECEPTORES EM CONSTITUIÇÃO


Home / gestao / receptora-constituicao




Selecione um receptor em constituição para visualizar os dados

Pesquisar um receptor em constituição

Lista de receptor em constituição

Nome do receptor em constituição	CPF/CNPJ	Nome do Responsável
TESTE - Receptor em constituição "A"	00.000.000/0000-00	NOME DO PREPOSTO RESPONSÁVEL 

Para a obtenção de um Código SCE-IED para cada investidor não residente vinculado ao **receptor em constituição** alvo, deve-se clicar no botão , ao lado do nome do responsável pelo **receptor em constituição**, e selecionar o item “Alterar”, dentre as opções que surgirão na tela.

Na tela seguinte, deve-se preencher o campo “Informe o CPF/CNPJ do investidor” e clicar no botão <Adicionar>, conforme a seguir:

**Alteração de receptor em constituição** ×

Nome do receptor em constituição

✎ Alterar

**Detalhamentos do IED no receptor em constituição**

**Adicionar um investidor não residente**

Informe o CPF/CNPJ do investidor Nome do investidor

+ Adicionar

**Lista de investidores não residentes**

Código SCE-IED	CNPJ/CPF do investidor	Nome do investidor	Situação	Encerrar
<span style="color: #00a0e3; font-size: 1.2em;">i</span> Nenhuma ocorrência encontrada.				

✕ Fechar

Será gerado um Código SCE-IED para o investidor não residente informado, **iniciando com as letras “IT”, ao invés de “IA”**. Este Código SCE-IED poderá ser utilizado para eventuais liquidações de câmbio.

Deve-se repetir o processo para todos os investidores não residentes associados a este **receptor em constituição**.

**Alteração de receptor em constituição**
×

Nome do receptor em constituição

✎ Alterar

**Detalhamentos do IED no receptor em constituição**

**Adicionar um investidor não residente**

Informe o CPF/CNPJ do investidor Nome do investidor

+ Adicionar

**Lista de investidores não residentes**

Investidor incluído com sucesso!

Código SCE-IED	CNPJ/CPF do investidor	Nome do investidor	Situação	Encerrar
ITNNNNNN	NN.NNN.NNN/NNNN-NN	INVESTIDOR NÃO RESIDENTE "A"	ATIVO	⊗

<<< << 1 >> >>>

Total de 1 ocorrência.

× Fechar

O Código SCE-IED poderá ser encerrado, clicando-se no ícone correspondente, na imagem anterior, ao lado do nome do investidor. O encerramento não poderá ser desfeito. Caso o encerramento tenha sido efetuado por engano, pode-se cadastrar novamente o mesmo investidor não residente e obter novo Código SCE-IED.

**Observação:** o Código SCE-IED para o receptor em constituição só pode ser gerado se o **Preposto** – pessoa física ou jurídica – estiver acessando o sistema **com seu próprio login**. Não existe a figura de mandatário do **Preposto** para receptor em constituição e nem mesmo as instituições financeiras terão esta prerrogativa.

A prestação de informações de IED de receptor em constituição admite apenas ingresso de recursos. Qualquer outra operação só poderá ser declarada após o receptor obter seu CNPJ, criar outro Código SCE-IED com este CNPJ e vinculá-lo ao Código SCE-IED do **receptor em constituição**, conforme procedimento descrito a seguir.

### 3.4 Vinculação ao Receptor de Código SCE-IED de Receptor em constituição

Uma vez que o receptor tenha obtido seu CNPJ, ele deverá, para cada investidor não residente existente, criar novo Código SCE-IED e vinculá-los, um a um, aos Códigos SCE-IED do receptor em constituição, anteriormente cadastrados. Com esta ação, todos os câmbios liquidados nos Códigos SCE-IED do receptor em constituição serão apresentados nos Códigos SCE-IED finais, inclusive no extrato em PDF.

**Atenção:** ressaltamos que, na etapa anterior, o usuário acessou o sistema com o **login do Preposto**, enquanto nesta etapa o usuário acessará o sistema com o **login do receptor ou de seu mandatário**.

Para realizar a referida vinculação, o usuário deverá:

- Acessar o novo Código SCE-IED (vinculante). Para isto, no menu principal do sistema, deve selecionar “Gestão de declarações”, digitar o CNPJ base (8 dígitos) do Receptor na busca e clicar no hyperlink (grafado em fonte azul) referente ao CNPJ do Receptor, que surgirá na lista abaixo;
- Na página seguinte, navegar até a aba “Detalhamento do IED no receptor”, clicar no Código SCE-IED (hyperlink grafado em fonte azul) alvo, dentre os Códigos SCE-IED que se encontram na situação “Ativo”;
- Clicar no botão <Gerir Vínculo IED> disponível no canto superior direito da tela;
- Informar o Código SCE-IED que havia sido criado no receptor em constituição e clicar no botão <Vincular>.

**Atenção a estas regras:**

- O CPF/CNPJ do investidor informado no Código SCE-IED em constituição deve ser igual ao do investidor informado no Código SCE-IED vinculante.
- Só é possível vincular Código SCE-IED em constituição a Código SCE-IED vinculante que estiver na situação “Ativo”.

Concluído o procedimento, as operações cambiais ou as de movimentação de recursos de interesse de terceiros em contas de não residentes em reais que foram inicialmente associadas ao Código SCE-IED em constituição serão, agora, vinculadas ao novo Código SCE-IED.

### 3.5 Dados de Contato para comunicação

#### Dados de contato para comunicação

<b>Receptor</b>	
<b>CPF *:</b> <input type="text"/>	<b>Responsável no receptor *:</b>
<b>E-mail do receptor *:</b> <input type="text"/>	<b>Telefone do receptor *:</b> <input type="text"/>
<b>Mandatário ou 2º contato do receptor</b>	
<b>CPF *:</b> <input type="text"/>	<b>Nome:</b>
<b>E-mail *:</b> <input type="text"/>	<b>Telefone *:</b> <input type="text"/>

Durante a inclusão do receptor no sistema, será necessário informar seus dados de contato, visando a comunicação do Banco Central do Brasil. Deve-se informar dois contatos diferentes e válidos. O primeiro contato é exclusivamente do receptor. O segundo contato deve ser do mandatário, caso houver, ou de um segundo contato do receptor. Não é permitido informar somente contatos de mandatários/terceiros.

É responsabilidade do receptor a manutenção dos dados de contato sempre atualizados, ajustando-os diretamente no sistema, o que também pode ser feito por meio de seu mandatário. O Banco Central do Brasil não tem permissão para alterar os dados de contato.



## 3.6 Consulta de Receptor

Para a consulta de Receptor, no menu principal do sistema, deve-se selecionar “Gestão de declarações”, digitar o CNPJ base (8 dígitos) do Receptor na busca e clicar no hyperlink (grafado em fonte azul) referente ao CNPJ do Receptor ou clicando-se no botão <Visualiza detalhes>, ao lado da coluna que indica a situação do Receptor, conforme a figura a seguir:

A imagem mostra a interface do sistema "Sistema SCE-IED" do Banco Central do Brasil. No topo, há o logotipo do banco e o ambiente "HOMO". O usuário logado é "IIIIIDDD.DD.OPERADOR". O menu lateral contém opções como "Home", "Gestão de declarações", "Inclusão de receptores e gestão de mandatários" e "Gestão de receptores em constituição".

O painel principal é intitulado "GESTÃO DE DECLARAÇÕES - RECEPTOR". Abaixo, há uma seção "Selecione um receptor para visualizar os dados" com campos para "CNPJ receptor ou CPF/ CNPJ investidor" (contendo "NN.NNN.NNN"), "Código SCE-IED" e "Situação" (menu suspenso com "Selecione."). Há também um checkbox para "VISUALIZAR SUSPENSOS".

Abaixo disso, há uma "Lista de receptores" com o seguinte conteúdo:

CNPJ	Nome do receptor	Situação	Visualizar detalhes
<a href="#">NN.NNN.NNN</a>	RECEPTOR RESIDENTE "A"	Ativo	

Na base da tabela, há uma barra de paginação com "1" selecionado e o texto "Total de 1 ocorrência.".

### 3.6.1 Encerramento do Receptor

O Receptor pode estar em duas situações: “Ativo” ou “Encerrado”.

A prestação da informação sobre o encerramento é necessária quando ocorrer a Liquidação, Cisão Total, Incorporação ou Fusão do Receptor.

Cabe ao próprio Receptor comandar o seu encerramento, no sistema, ou revertê-lo, conforme necessário, por conta própria.

O encerramento pode ser comandado através do botão <Encerrar Receptor>, tal qual indicado na figura a seguir.

A imagem mostra a interface "GESTÃO DE RECEPTOR" para o receptor "RECEPTOR RESIDENTE 'A' CNPJ: NN.NNN.NNN". A situação é "Ativo".

Na barra de ações superior direita, há um link "Voltar para lista de receptores" e um botão "Encerrar Receptor" destacado com um retângulo laranja e uma seta laranja apontando para ele.

Abaixo, há seções para "Dados de contato" e "Detalhamento do IED no receptor".

Na seção "Contatos", há um botão "Gerar relatório PDF" e um botão "Alterar dados de contato".

Na seção "Responsável", há um campo de texto vazio.

Ao comandar seu encerramento, o Receptor deve informar a data do evento e um dos motivos: Liquidação, Cisão Total, Incorporação ou Fusão. No caso de liquidação, deve-se informar também o CPF/CNPJ do liquidante.

Observe, na figura abaixo, que a situação do Receptor mudou para “Encerrado”. Esta informação fica exposta logo abaixo de seu nome. Ainda na mesma figura, a seta indica a aba “Detalhes do Encerramento”, através da qual pode-se reverter o encerramento do Receptor no SCE-IED.

The screenshot shows the 'Gestão de RECEPTOR' interface. The receptor is identified as 'RECEPTOR RESIDENTE "A" CNPJ:NN.NNN.NNN' and its status is 'Encerrado'. The 'Detalhes do Encerramento' tab is highlighted with an orange arrow. The interface also includes a 'Contatos' section with buttons for 'Gerar relatório PDF' and 'Alterar dados de contato', and a 'Responsável' field.

## 4 Detalhamento do IED no Receptor (Código SCE-IED)

O detalhamento do IED no Receptor contempla a identificação do investidor não residente titular do investimento estrangeiro direto, as transferências financeiras e as movimentações decorrentes do investimento estrangeiro direto, e o Código SCE-IED que foi gerado, automaticamente, pelo sistema e é associado a este par receptor-investidor.

### 4.1 Inclusão de investidor não residente

Em alguns códigos de finalidade específicos associados a IED, quando a operação cambial ou a movimentação de recursos de interesse de terceiros em contas de não residentes em reais for de valor igual ou superior a US\$100.000,00 (cem mil dólares dos Estados Unidos da América) ou seu equivalente em outras moedas, surgirá a necessidade de se informar o **Código SCE-IED** em campo específico do câmbio. Contrariamente, se a operação de câmbio for de valor inferior ao piso acima, não será permitido informar o Código SCE-IED no câmbio, cujo campo específico deverá ser deixado em branco.

Quando houver necessidade de se obter o Código SCE-IED pela primeira vez, ou seja, na inclusão de investidor não residente no Receptor, o declarante deve buscar o Receptor, no item de menu “Gestão de declarações”, clicar no CNPJ do Receptor, navegar até a aba “Detalhamento do IED no receptor” e clicar no botão “Incluir detalhamento do IED no receptor”.

Será necessário informar o CPF/CNPJ do investidor não residente e clicar no botão .

Após aceitar a inclusão, o sistema fornecerá um Código SCE-IED que possibilitará a contratação e liquidação de câmbio ou de movimentação de recursos de interesse de terceiros em contas de não residentes em reais, pela instituição financeira.

## 4.2 Inativação e Reativação de investidores não residentes

Caso ocorra o fim do vínculo do par receptor-investidor por extinção do investimento, o receptor poderá, caso tenha interesse, inativá-lo no botão **Inativar**, localizado à direita do nome do investidor, conforme figura a seguir.

Se o mesmo investidor, eventualmente, desejar voltar a investir no mesmo receptor, este último poderá reativar o Código SCE-IED em questão no botão **Ativar** e utilizá-lo, nas operações financeiras subsequentes.

Interface do sistema de gestão de receptores do Banco Central do Brasil. O sistema mostra o perfil de um receptor residente "A" com o CNPJ 00.000.000/0000-00. Abaixo, há uma lista de investidores não residentes com uma única entrada: "INNNNNNN" com o CPF/CNPJ 00.000.000/0000-00 e o nome "INVESTIDOR NÃO RESIDENTE "A"". Um botão "Inativar" está destacado com um círculo laranja e uma seta laranja apontando para ele.

**Observação:** o Código SCE-IED na situação "Inativo" **impede** a realização de operações de câmbio e de movimentação de recursos de interesse de terceiros em contas de não residentes em reais. Conseqüentemente, enquanto existir possibilidade de remessas futuras (exemplo: juros sobre capital próprio, dividendos etc.) neste Código SCE-IED, ele deverá permanecer ativo, mesmo que o sócio não residente não tenha mais capital integralizado no Receptor.

### 4.3 Geração de relatório em PDF

O usuário poderá gerar e baixar um relatório em PDF da prestação de informações de IED que identificará o receptor, seus contatos, e destacará cada um dos Códigos SCE-IED ativos, para os quais, informará:

- Código SCE-IED, identificando o investidor;
- liquidações de câmbio e de movimentação de recursos de interesse de terceiros em contas de não residentes em reais (TIR);
- capitalização em bens;
- conversões em investimento direto, declaradas a partir de 1/11/2023;
- conferências internacionais de ações ou quotas, declaradas a partir de 1/11/2023;
- demais movimentações.

A impressão é acessível na tela inicial da prestação de informação de IED, na opção



Este relatório não incluirá dados das declarações periódicas, as quais possuirão funcionalidade específica de impressão, para cada data-base declarada.

### 4.4 Suspensões e penalidades

As Leis nº 14.286/21, nº 13.506/17 e nº 11.371/06, bem como a Resolução BCB nº 131/21, estabelecem critérios e valores para aplicação de multas no caso de prestação de informações fora de prazo, incorretas, incompletas, não entregues ou pela entrega de informações falsas.

A eventual aplicação de multa só ocorre após instauração de processo administrativo, garantidos o contraditório e a ampla defesa, cujo valor é definido por ocasião da decisão.

A graduação na valoração das multas tem seus critérios previstos no Art. 66, Capítulo IV, da referida Resolução BCB nº 131/21. A entrega em atraso, por exemplo, está sujeita a multa menor do que a não entrega.

O Banco Central do Brasil, com fundamento no art. 22 da Resolução BCB nº 278/22, pode suspender a operação de IED do receptor, prestada no sistema, em caso de descumprimento das normas aplicáveis. Como resultado desta eventual suspensão, o receptor não conseguirá liquidar operações de câmbio, quando vinculadas ao Código SCE-IED, tanto de ingresso quanto de remessa.

O status "SUSPENSO" aparece através de etiqueta de fundo na cor salmão, próximo ao nome do Receptor, tal qual nas duas figuras a seguir:

BANCO CENTRAL DO BRASIL | Ambiente: HOMO | Homologação | 12 de set. de 2024 14:47:12

IIIIIDDD.OPERADOR | Sistema SCE-IED

### GESTÃO DE DECLARAÇÕES - RECEPTOR

Home / gestao / declaracoes

Selecione um receptor para visualizar os dados

CNPJ receptor ou CPF/  
CNPJ investidor      Código SCE-IED      Situação

           Selezione ▾       VISUALIZAR SUSPENSOS

#### Lista de receptores

CNPJ	Nome do receptor	Situação	Visualizar detalhes
<a href="#">NN.NNN.NNN</a>	RECEPTOR RESIDENTE "A"	SUSPENSO  <span>Ativo</span>	

«« « 1 » »»

Total de 1 ocorrência.

BANCO CENTRAL DO BRASIL | Ambiente: HOMO | Homologação | 12 de set. de 2024 14:51:33

IIIIIDDD.OPERADOR | Sistema SCE-IED

### GESTÃO DE RECEPTOR

Home / conteudoReceptor

Receptor suspenso. Para mais informações, entrar em contato com o Banco Central do Brasil através do e-mail: [ied-monitoramento@bcb.gov.br](mailto:ied-monitoramento@bcb.gov.br)

**Receptor**  
**RECEPTOR RESIDENTE "A" CNPJ:NN.NNN.NNN**

SUSPENSO Situação: Ativo      ← Voltar para lista de receptores      Encerrar Receptor

Dados de contato      Detalhamento do IED no receptor      Detalhes da Suspensão

Contatos      Gerar relatório PDF      Alterar dados de contato

Responsável

Para se retirar a suspensão, é necessário regularizar todas as pendências detectadas. Caso se enquadre nesta situação, orientamos que o receptor entre em contato com o Banco Central do Brasil, através do e-mail: [ied-monitoramento@bcb.gov.br](mailto:ied-monitoramento@bcb.gov.br).

## 5 Gestão de Mandatários

O Receptor pode constituir como mandatários pessoas físicas ou jurídicas com autorização para incluir, consultar e atualizar a prestação de informações de IED e, inclusive, para gerir os mandatários do Receptor.

### 5.1 Função dos mandatários do receptor

Um mandatário do receptor poderá consultar e gerir a prestação de informações de IED do receptor do qual é mandatário, exceto visualizar os detalhes de operações de câmbio e de movimentação de recursos de interesse de terceiros em contas de não residentes em reais.

O mandatário do receptor pode ser incluído/excluído pelo próprio receptor, por um mandatário atual ou por uma instituição financeira, formalmente autorizada pelo receptor. Conforme previsto na Resolução BCB nº 278/22, a documentação comprobatória das autorizações concedidas aos mandatários deve ser mantida à disposição do BC pelo prazo mínimo de 10 (dez) anos, contados da data de encerramento das respectivas operações.

### 5.2 Inclusão e exclusão de mandatários

Para cadastrar e gerir mandatários, deve-se acessar o item de menu “Inclusão de receptores e gestão de mandatários”.

Se o usuário **possuir Perfil de IF**, deverá digitar o CNPJ base do Receptor para o qual se deseja gerir os mandatários. Em seguida, será apresentada tela para confirmar que possui autorização específica do receptor, nos termos da norma vigente, tal qual no exemplo da tela a seguir:

Gestão de mandatário

Para gestão dos mandatários do RECEPTOR RESIDENTE NO PAÍS de CNPJ NN.NNN.NNN, é necessário possuir autorização específica do receptor, nos termos da norma vigente.

Confirma possuir a autorização?

[Cancelar](#) [Gerir](#)

Na próxima tela que o sistema apresentar, basta clicar no botão [+ Incluir mandatário](#), informar o CPF/CNPJ do mandatário e no botão [+ Salvar mandatário](#) para concluir sua inclusão.

Se o usuário **não possuir Perfil de IF**, deverá escolher o CNPJ base do Receptor, que surgirá numa lista, para o qual se deseja gerir os mandatários, conforme a figura a seguir:




Na tela que surgir, em seguida, basta clicar no botão **+ Incluir mandatário**, informar o CPF/CNPJ do mandatário e no botão **+ Salvar mandatário** para concluir sua inclusão.

O mandatário pode ser inativado, bastando que se clique no botão **Inativar**, localizado na Lista de mandatários.

Não há como “reativar” mandatários. Neste caso, basta que ele seja incluído, novamente, conforme os passos acima.



## 6 Movimentações do Investimento

Para acesso às movimentações do investimento, primeiro, deve-se selecionar o Receptor. Para isto, no menu principal do sistema, selecionar “Gestão de declarações”, digitar o CNPJ base (8 dígitos) do Receptor na busca e clicar no hyperlink (grafado em fonte azul) referente ao CNPJ do Receptor ou clicar no botão <Visualizar detalhes> , ao lado da coluna que indica a situação do Receptor, conforme a figura a seguir:



CNPJ	Nome do receptor	Situação	Visualizar detalhes
<a href="#">NN.NNN.NNN</a>	RECEPTOR RESIDENTE "A"	● Ativo	

Na sequência, para selecionar o Código SCE-IED referente ao detalhamento do IED no Receptor, navegar até a aba “Detalhamento do IED no receptor” e clicar no Código SCE-IED (hyperlink grafado em fonte azul) alvo, dentre os Códigos SCE-IED que se encontram na situação “Ativo”.

Na tela seguinte, haverá várias abas, através das quais poderão ser declaradas e consultadas as movimentações abaixo relacionadas:

- Câmbio/TIR;
- Capitalização em bens;
- Conversão (em investimento);
- Conferência internacional;
- Demais movimentações:

**Atenção:** As movimentações ocorridas, vinculadas automaticamente ou não ao Código SCE-IED, **não sensibilizam a participação societária** do correspondente investidor no receptor, a qual deverá ser, manualmente, atualizada e **apenas se e quando o Receptor estiver sujeito a uma prestação de declaração periódica.**

## 6.1 Câmbio

Na aba **Câmbio/TIR**, selecionando-se o botão **Câmbio**, serão exibidos os contratos de câmbio liquidados e vinculados ao Código SCE-IED selecionado. Pode-se possível filtrar a busca por data de liquidação, número da operação e tipo de movimentação (aumento de capital, lucros remetidos etc.).

O receptor poderá detalhar suas operações de câmbio, clicando no número do contrato desejado. No entanto, seus mandatários não poderão visualizar os detalhes destas operações de câmbio.

**A partir da vigência da Lei nº 14.286/21, somente poderão ser liquidados contratos de câmbio, quando vinculados ao Código SCE-IED, cujo valor seja igual ou superior a USD100.000,00 (cem mil dólares dos Estados Unidos) ou o equivalente em outras moedas. Para operações de câmbio relativas a IED, mas de valor inferior ao piso citado, não deve ser informado o Código SCE-IED e, como consequência, tais operações de câmbio não serão apresentadas em consultas em tela e nos relatórios PDF do sistema.**

The screenshot displays the 'Sistema SCE-IED' interface. The top navigation bar includes 'BANCO CENTRAL DO BRASIL', 'Ambiente: HOMO', 'Homologação', and a user profile icon. The left sidebar shows navigation options: 'Home', 'Gestão de declarações', and 'Inclusão de receptores e gestão de mandatários'. The main content area is titled 'DETALHAMENTO DO IED NO RECEPTOR' and shows details for 'Receptor RECEPTOR "A" - CNPJ: NNNNNNNN' with 'Código SCE-IED: IA000001' and 'Investidor: INVESTIDOR NÃO RESIDENTE "A"'. A 'Gerir Vínculo IED' button is visible. Below this, there are tabs for 'Câmbio/TIR', 'Capitalização em bens', 'Conversão', 'Conferência Internacional', and 'Demais Movimentações'. The 'Câmbio' tab is highlighted with an orange box and an arrow. Underneath, there are filter fields for 'Data evento inicial', 'Data evento final', and 'Número da operação', along with a 'Movimentação' dropdown and a 'Filtrar' button. At the bottom, a table titled 'Listagem Câmbio' is shown with columns for 'Nr. da operação', 'Data do evento de liquidação', 'Tipo de fluxo', 'Tipo de movimentação', 'Valor', and 'Situação'. A message at the bottom of the table states 'Não há eventos cadastrados nesta lista.'

## 6.2 TIR

Na aba **Câmbio/TIR**, selecionando-se o botão **TIR**, serão exibidas suas operações de TIR e as movimentações de recursos de interesse de terceiros em contas de não residentes em reais, quando vinculadas à prestação de informação de IED do receptor, no Código SCE-IED selecionado. Pode-se filtrar a busca por data de evento, número da operação e tipo de movimentação (aumento de capital, lucros etc.).

O receptor poderá detalhar suas operações de TIR e de movimentação de recursos de interesse de terceiros em contas de não residentes em reais, clicando no número TIR desejado. No entanto, seus mandatários não poderão visualizar os detalhes destas operações de TIR e de movimentação de recursos de interesse de terceiros em contas de não residentes em reais.

**A partir da vigência da Lei nº 14.286/21, da mesma forma que ocorre com as operações de câmbio, somente poderão ser efetuados contratos de movimentação de recursos de interesse de terceiros em contas de não residentes em reais, quando vinculados ao Código SCE-IED, cujo valor seja igual ou superior a USD100.000,00 (cem mil dólares dos Estados Unidos) ou o equivalente em outras moedas. Para operações de movimentação de recursos de interesse de terceiros em contas de não residentes em reais de valor inferior ao piso acima, não deve ser informado o Código SCE-IED e, como consequência, elas não serão apresentadas em consultas em tela e nos relatórios PDF do sistema.**

The screenshot shows the 'Sistema SCE-IED' interface. The main content area is titled 'DETALHAMENTO DO IED NO RECEPTOR'. It displays the following information:

- Receptor: RECEPTOR "A" - CNPJ: NNNNNNNN
- Código SCE-IED: IA000001
- Investidor: INVESTIDOR NÃO RESIDENTE "A"

Under 'Dados do detalhamento do IED no receptor', there are tabs for 'Câmbio/TIR', 'Capitalização em bens', 'Conversão', 'Conferência Internacional', and 'Demais Movimentações'. The 'Câmbio/TIR' tab is active, and a 'TIR' button is highlighted with an orange arrow.

Below the tabs, there are filter fields for 'Data evento inicial', 'Data evento final', and 'Número da operação'. There is also a 'Movimentação' dropdown menu and a 'Filtrar' button.

The 'Listagem TIR' table is currently empty, with a message: 'Não há eventos cadastrados nesta lista.'

## 6.3 Capitalização em bens

Na aba **capitalização em bens**, são lançados os aumentos de capital no receptor por meio da conferência de bens tangíveis ou intangíveis, importados sem cobertura cambial, ou de ativos virtuais. Devem ser informados: o tipo de bem, a data da capitalização e o valor capitalizado, em reais.

Se o bem for do tipo **Ativo virtual**, deve-se informar um dos dois subtipos abaixo:

- Ativo virtual com emissor;
- Ativos virtual sem emissor.

Se o bem for do tipo **Intangível**, deve-se informar um dos subtipos seguintes:

- Marcas e franquias - licença de uso;
- Marcas e franquias - cessão de propriedade;
- Patentes e outros resultados de P&D - licença de uso;
- Patentes e outros resultados de P&D - cessão de propriedade;
- Software - licença para cópia e distribuição;
- Software - licença de uso ou cessão de propriedade;
- Audiovisual - licença para cópia e distribuição;
- Audiovisual - licença de uso ou cessão de propriedade;
- Demais bens intangíveis.

### 6.3.1 Definições – ativos virtuais

**Ativo virtual:** representação digital de valor que pode ser negociada ou transferida por meios eletrônicos e utilizada para realização de pagamentos ou com propósito de investimento.

- **Ativo virtual com emissor:** ativo virtual com um emissor definido, a quem cabe o passivo de contraparte ao ativo. Inclui stablecoins, ativos com paridade fixa em relação a uma moeda de referência; e *central bank digital currencies* (CBDCs), representações digitais de moedas nacionais emitidas por bancos centrais ou autoridades monetárias.
- **Ativo virtual sem emissor:** ativo virtual sem emissor definido e sem passivo de contraparte, gerados via de regra através de processos computacionais como *proof-of-work* (“mineração”) e *proof-of-stake*. Exemplos: Bitcoin, Ethereum etc.

### 6.3.2 Definições – bens intangíveis

A escolha de uma opção apropriada, no menu de bens intangíveis, depende da avaliação de dois fatores: a identificação do tipo de bem intangível em si; e a forma como ele é disponibilizado ao receptor.

#### A. Tipo de bem intangível

- **Marcas e franquias:** Nomes ou símbolos usados para identificar empresas, produtos e serviços, em geral objeto de registro comercial junto aos órgãos competentes.
- **Patentes e outros resultados de P&D:** propriedade intelectual de produtos ou processos resultantes de pesquisa e desenvolvimento (P&D).
- **Software:** programas e aplicativos para dispositivos eletrônicos, entregues por meios físicos ou virtuais.
- **Audiovisual:** propriedade intelectual de filmes, séries, programas de rádio e TV e outros conteúdos audiovisuais, disponibilizados por meios físicos ou virtuais.
- **Demais bens intangíveis:** outros bens intangíveis não cobertos pelas opções acima.

#### B. Forma de disponibilização

- **Licença de uso:** o receptor recebe o direito de usar o bem intangível, por prazo determinado ou indeterminado, mas não se torna proprietário dele. Essa opção só deve ser utilizada se o receptor puder capitalizar a licença recebida.
- **Cessão de propriedade:** o receptor se torna proprietário do bem intangível.
- **Licença para cópia e distribuição:** o receptor recebe o direito de copiar e revender o bem intangível em um determinado mercado, por tempo determinado ou indeterminado, mas não se torna proprietário do bem. Essa opção só deve ser utilizada se o receptor puder capitalizar a licença recebida.

**Atenção:** As movimentações de capitalização em bens informadas no Sistema SCE-IED de versão para eventos até 30/09/2024, anteriormente denominadas “Investimento em bens”, foram migradas automaticamente para a versão atual do sistema, com a ressalva de que os dados dos subtipos foram migrados como “não classificados”.

## 6.4 Conversão em IED


Desde 01/11/2023, devem ser informadas as movimentações de **conversão em IED de direitos remissíveis para o exterior não informado como crédito externo** oriundas de:

- Serviços
- Operações de crédito sem obrigatoriedade de SCE-Crédito
- Dividendos e JSCP
- Demais

O tipo “Operações de crédito sem obrigatoriedade de SCE-Crédito” é aplicável à conversão de uma operação de crédito externo não sujeita a prestação de informações no sistema SCE-Crédito com destino a uma operação de IED sujeita a prestação de informações no sistema SCE-IED, desde que de valor igual ou superior a US\$100.000,00 (cem mil dólares dos Estados Unidos da América) ou seu equivalente em outras moedas.

**As conversões entre operações sujeitas (ambas) a prestação de informações** nos sistemas SCE-IED e SCE-Crédito não são objeto de simultâneas de câmbio, desde 1/11/2023, e **deverão ser informadas apenas no sistema SCE-Crédito**. Ou seja, não haverá a prestação de informações sobre este tipo de movimentação no sistema SCE-IED. Entretanto, cumpre observar que tal regra não exime os receptores de IED dos critérios de obrigatoriedade de prestação de declarações periódicas, instituídos pelos arts. 37 a 41 da Resolução BCB nº 278/22.

As informações sobre **conversões em IED** devem ser prestadas conforme os seguintes procedimentos:


- Na aba **Conversão**, devem ser informados: o tipo de direito, a data da conversão e o valor na moeda nacional.
- Verificar as informações apresentadas e confirmar a inclusão através do botão .

### Inclusão de conversão em investimento direto ✕

**Deverão ser informadas exclusivamente no sistema SCE-Crédito as movimentações de conversão entre operações concomitantemente sujeitas a prestação de informações nos sistemas SCE-IED e SCE-Crédito. Ou seja, não deve haver a prestação de informações sobre tais conversões no sistema SCE-IED.**


Todos os campos são de preenchimento obrigatório.

Tipo de direito  
Selecione opção

Data  
dd/mm/aaaa 

Valor em R\$

✕ Cancelar + Incluir

As informações sobre **conversões em IED**, previamente prestadas, são apresentadas na parte inferior da Aba **Conversão** e podem ser excluídas, caso o declarante necessite, bastando clicar no ícone , na coluna "Ações". Não há como editá-las.

## 6.5 Conferência internacional de quotas ou ações

A **conferência internacional de quotas ou ações**, entendida como integralização de capital de sociedade brasileira efetuada por não residente mediante dação ou permuta de participação societária detida em sociedade estrangeira, sediada no exterior, ou integralização de capital de sociedade estrangeira, sediada no exterior, realizada mediante dação ou permuta, por residente, de participação societária detida em sociedade brasileira, **deve ser informada, desde 1/11/2023, por meio de declaração de movimentação específica no sistema SCE-IED e não via operações simultâneas de câmbio.**

Informações sobre a **Conferência internacional** devem ser prestadas conforme os seguintes procedimentos:

1. Na aba **Conferência internacional**, devem ser informados: a data da conferência, o valor na moeda nacional, o CPF/CNPJ14 do investidor residente, o CNPJ14 do receptor no exterior (ou seu nome, caso este último não possua CNPJ) e o país do receptor no exterior.
2. Se o receptor no exterior não possuir CNPJ, deve-se indicar esta limitação e informar seu nome, conforme a figura abaixo;

**Inclusão de Conferência Internacional** ✕

Todos os campos são de preenchimento obrigatório.

Data  
dd/mm/aaaa 📅

Valor  
Valor do capital

CPF/CNPJ do investidor residente:  
CPF/CNPJ...

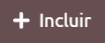
Receptor no exterior sem CNPJ


Nome receptor no exterior  
Nome...

País do receptor no exterior:  
Selecione país do receptor no exterior ▼

✕ Cancelar + Incluir



3. Verificar as informações apresentadas e confirmar a inclusão através do botão .

As informações sobre a **Conferência internacional**, previamente incluídas, são apresentadas na parte inferior da Aba **Conferência internacional** e podem ser excluídas, caso o declarante necessite, bastando clicar no ícone , na coluna “Ações”. Não há como editá-las.

## 6.6 Demais movimentações

As demais movimentações decorrentes do investimento estrangeiro direto devem ser declaradas **quando não realizadas através de transferência financeira, inclusive movimentação de recurso de interesse de terceiro em conta de não residente em reais.**

As demais movimentações são compostas pelos seguintes tipos:

- Distribuição de lucros e de dividendos e pagamento de juros sobre capital próprio;
- Aquisição de residentes;
- Alienação a residentes;
- Restituição de capital e acervo líquido resultante de liquidação;
- Capitalização de lucros, de dividendos e de JSCP;
- Outras capitalizações (exceto em bens, de lucros, de dividendos e de JSCP).

Desde 01/10/2024, não é mais necessário atualizar, em até 30 dias, o valor do capital integralizado por cada investidor, após a alteração da composição societária, o que somente será requerido quando da prestação de nova Declaração Periódica, e somente nos casos em que esta última for exigida da Receptora, de acordo com os critérios de obrigatoriedade de declaração.

## 7 Canais de atendimento

### 7.1 Credenciamento no Sisbacen, reabilitação de senha, inclusão de novo máster ou problemas de acesso ao sistema

As instruções para obtenção de login e senha de acesso aos sistemas do Banco Central do Brasil, incluindo, quanto a este sistema, as instruções para reabilitação de senhas ou inclusão de novo máster estão disponíveis em <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/sisbacen> ou através da Central Telefônica de Atendimento ao Cidadão do Banco Central do Brasil – Telefone **145** (Ligação Direta – sem DDD), selecionando opção 2, subopção 4. De segunda a sexta-feira, das 08h00 às 20h00 (custo de ligação local).

### 7.2 Dúvidas sobre o sistema

Para esclarecimento de dúvidas específicas sobre o sistema SCE-IED, pode-se entrar em contato através de uma das opções a seguir:

- e-mail [rde-ied@bcb.gov.br](mailto:rde-ied@bcb.gov.br);
- Telefone **145** (Ligação Direta – sem DDD). De segunda a sexta-feira, das 08h00 às 20h00 (custo de ligação local);
- “Fale Conosco”, disponível em: <https://www.bcb.gov.br/meubc/faleconosco>.

## 8 Perguntas frequentes

### 8.1 O que é o sistema SCE-IED?

O sistema SCE-IED permite a prestação de Informações de Capital Estrangeiro de Investimento Estrangeiro Direto, de responsabilidade dos receptores.

### 8.2 Qual a definição de capital estrangeiro no país?

Conforme o Art. 8º, inciso II, da Lei nº 14.286/21, considera-se:

“Art. 8º Para fins do disposto nesta Lei, consideram-se:

(...)

II - capitais estrangeiros no país: os valores, os bens, os direitos e os ativos de qualquer natureza detidos no território nacional por não residentes.”

Ainda no Art. 8º, inciso II do Parágrafo único, da Lei nº 14.286/21, considera-se:

“Parágrafo único. Fica o Banco Central do Brasil autorizado a dispor sobre as hipóteses em que, considerada a natureza das operações:

(...)

II - capitais de não residentes, mantidos no exterior em favor de residentes, serão equiparados a capitais estrangeiros no país.”

### 8.3 O que é considerado IED para efeito da prestação de informações de IED no sistema?

A definição de IED consta na Resolução BCB 278/22 art. 2º inciso IV.

“Art. 2º

(...)

*V - investimento estrangeiro direto: participação direta de não residente no capital social de sociedade no País, ou outro direito econômico de não residente no País derivado de ato ou contrato sempre que o retorno desse investimento dependa dos resultados do negócio;”*

Não são considerados IED, para efeitos da prestação de informações de IED neste sistema, as aplicações de investidores não residentes adquiridas nos mercados financeiro e de capitais que constituam investimentos em portfólio.

Deve-se considerar as condições para prestação de informações dispostas no art. 32 da Resolução BCB nº 278/22.

#### 8.4 Qual a base legal para a prestação de informações de IED?

A prestação de informações sobre o IED no país, ao Banco Central do Brasil, tem como base legal:

- Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021, dispõe sobre o mercado de câmbio brasileiro, o capital brasileiro no exterior, o capital estrangeiro no país e a prestação de informações ao Banco Central do Brasil;
- Lei nº 13.506, de 13 de novembro de 2017, dispõe sobre o processo administrativo sancionador na esfera de atuação do Banco Central do Brasil.

#### 8.5 O que é um receptor?

Conforme o Art. 2º, inciso XI da Resolução BCB nº 278/22:

“Receptor: qualquer entidade constituída ou organizada no país conforme a legislação brasileira aplicável, com ou sem fins lucrativos, com ou sem personalidade jurídica, incluindo qualquer corporação, sociedade, parceria, empresário individual, consórcio e sociedade em conta de participação.”

#### 8.6 O que é CDNR?

É o Cadastro Declaratório de Não Residente, o qual gera um **número CDNR** individual para cada pessoa física ou jurídica inscrita. O CDNR substituiu o CADEMP (Cadastro de Empresas) de não residentes, em 01/07/2019.

O **número CDNR não é exigido** das pessoas físicas ou jurídicas não residentes no país que desejam declarar operações de IED **no sistema SCE-IED**.

O **número CDNR** - Cadastro Declaratório de Não Residente **é exigido** das pessoas físicas ou jurídicas não residentes no país que venham a ser participantes em operações de crédito externo sujeitas a declaração **no sistema SCE-Crédito** (Sistema de Prestação de Informações de Capital Estrangeiro – Crédito Externo) do Banco Central do Brasil.

O sistema CDNR serve, ainda, **como meio para solicitar a inscrição da empresa não residente no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ)**. De acordo com norma da RFB, a inscrição no CNPJ

é exigida para a prestação de informações ao Banco Central do Brasil sobre IED e sobre alguns tipos de operação de crédito externo.

Para mais informações sobre o **CDNR**, acessar o Manual disponível no *site* do Banco Central do Brasil, na Internet:

**Link:** <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/capitaisestrangeiros>

O número CDNR não é exigido das pessoas **físicas não residentes** para declaração de operações de IED no sistema SCE-IED. **Entretanto, estas precisam da inscrição no CPF**, que pode ser realizada, no Brasil, junto à própria Receita Federal, ou, no exterior, com a intermediação das representações diplomáticas brasileiras.

## 8.7 O que caracteriza o Investidor como não residente?

A pessoa jurídica domiciliada ou com sede no exterior e a pessoa física com domicílio fiscal fora do Brasil, independentemente de ser brasileiro ou estrangeiro ou do país onde reside fisicamente e a pessoa física residente que se ausente do Brasil em caráter temporário, a partir do dia seguinte àquele em que complete 12 (doze) meses consecutivos de ausência, desde que não haja manifestação da pessoa física para a instituição autorizada a operar no mercado de câmbio com justificativa para reduzir ou aumentar esse prazo.

Ressalte-se que a Resolução BCB nº 280, de 31 de dezembro de 2022, dispõe sobre a definição de residente e de não residente para fins da Lei nº 14.286, de 29 de dezembro de 2021.

## 8.8 O que é um mandatário no sistema?

Mandatário é a pessoa física ou jurídica, residente, autorizada pelo receptor a incluir, consultar e atualizar a prestação de informações de IED em seu nome (ver seção 5 – [Gestão de Mandatários](#)).

## 8.9 O não lançamento do IED no sistema está sujeito a algum tipo de penalidade?

A Lei nº 14.286/21, a Lei nº 13.506/17, bem como a Resolução BCB nº 131/21, estabelecem critérios e valores para aplicação de multas no caso de prestação de informações fora de prazo, incorretas, incompletas, não entregues ou pela entrega de informações falsas.

A eventual aplicação de multa só ocorre após instauração de **processo administrativo sancionador, garantidos o contraditório e a ampla defesa**, cujo valor é definido por ocasião da decisão.

A gradação na valoração das multas tem seus critérios previstos no Art. 66, Capítulo IV, da referida Resolução BCB nº 131/21. A entrega em atraso, por exemplo, está sujeita a multa menor do que a não entrega.

### 8.10 O Banco Central do Brasil é responsável por garantir a veracidade, legalidade e fundamentação econômica dos dados lançados no sistema?

Não. As informações coletadas pelo sistema SCE-IED são declaratórias. A responsabilidade pela veracidade, legalidade e fundamentação econômica das informações prestadas é exclusiva do receptor de IED.

### 8.11 Quem deve acessar o sistema? É necessário contratar alguém para fazê-lo?

O receptor do IED pode acessar o sistema de forma direta ou através do seu mandatário, podendo incluir e atualizar todas as informações necessárias, tanto dos investidores não residentes quanto suas próprias informações. **Não é necessária a contratação de serviços de terceiros.** Os Manuais do Declarante, tanto deste sistema, quanto do CDNR (caso, por exemplo, uma Pessoa Jurídica não residente ainda não possua CNPJ e deseje obtê-lo) podem ser acessados na página do Banco Central do Brasil, na internet:

**Link:** <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/capitaisestrangeiros>

### 8.12 Quem deve acessar o sistema quando o receptor do investimento é uma empresa em constituição? O que é preposto?

**Preposto** é a pessoa física ou jurídica, residente, designada pelo(s) investidor(es) não residentes para recebimento dos recursos, em nome do receptor, enquanto ele ainda está em processo de constituição.

Nestes casos, o **Preposto** deve acessar o sistema (ou seja, o login e senha do Sisbacen devem **estar vinculados ao seu CPF ou CNPJ**). Ressalte-se que não existe a figura de mandatário de **Preposto** para receptores em constituição.

É importante observar que só se justifica o cadastramento de um Código SCE-IED nesta situação se houver necessidade de ingresso de recursos antes do receptor (residente) obter seu CNPJ.

No caso de Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (EIRELI), por exemplo, o **Preposto** do receptor é quem deve acessar o sistema, pois o capital social deste tipo de empresa precisa ser integralizado no momento da efetivação de seu ato constitutivo.

### 8.13 Quem pode incluir uma pessoa jurídica ou pessoa física como mandatário no sistema SCE-IED?

Os mandatários podem ser incluídos e excluídos no sistema por:

- Instituições Financeiras, desde que autorizadas formalmente pelo receptor, conforme normativos vigentes;
- Outras Pessoas Jurídicas ou Físicas que já constem como Mandatárias deste receptor, no sistema;
- O próprio receptor.

### 8.14 É necessária alguma documentação para constituição de mandatários no sistema?

Sim. Conforme art. 20 da Resolução nº 278/22, a documentação comprobatória das autorizações para constituição de mandatários deve ser mantida à disposição do Banco Central do Brasil, pelo prazo mínimo de dez anos.

*Art. 20. O devedor e o receptor podem constituir mandatário para incluir, consultar e atualizar as informações prestadas ao Banco Central do Brasil.*

*§ 1º As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil podem incluir e alterar mandatários desde que autorizadas pelo devedor ou pelo receptor.*

*§ 2º A documentação comprobatória das autorizações de que trata este artigo deve ser mantida à disposição do Banco Central do Brasil pelo mesmo prazo de guarda da documentação da operação de capital estrangeiro à qual a autorização se refere, conforme estabelecido no art. 18.*

*§ 3º A autorização referida neste artigo poderá ser obtida por qualquer meio acordado entre as partes, com a devida segurança jurídica e clara manifestação de consentimento do prestador de informações na constituição do mandatário.*

### 8.15 Como reabilitar senhas de acesso ao Sisbacen ou incluir um novo máster?

As instruções para reabilitação de senhas estão disponíveis em:

**Link:** <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/sisbacen>

Persistindo dúvidas, problemas no acesso, ou a necessidade de alteração do Máster da empresa, entrar em contato com a Central Telefônica de Atendimento ao Cidadão do Banco Central



do Brasil – Telefone **145** (Ligação Direta – sem DDD) , selecionando opção 2, subopção 4. De segunda a sexta-feira, das 08h00 às 20h00 (custo de ligação local).

### 8.16 Erro “Identificação e/ou senha inválidas” ao tentar acessar o sistema: como proceder?

Este erro pode ocorrer a depender do navegador utilizado. Assim, sugerimos tentar o acesso através de outro navegador (ou via janela privativa/anônima). Caso o erro persista, entrar em contato com a Central Telefônica de Atendimento ao Cidadão do Banco Central do Brasil – Telefone **145** (Ligação Direta – sem DDD) , selecionando opção 2, subopção 4. De segunda a sexta-feira, das 08h00 às 20h00 (custo de ligação local).

### 8.17 Qual valor deve ser lançado como investimento no sistema?

Os valores dos contratos de câmbio nem sempre correspondem ao valor efetivamente integralizado pela contabilidade do receptor. Para o correto lançamento no sistema, deve ser considerado o valor em reais correspondente à participação no capital social integralizado.

### 8.18 Qual o procedimento para a prestação de informações de IED de filiais de empresas estrangeiras autorizadas a operar no país?

O procedimento para a prestação de informações de IED de filiais de empresas estrangeiras autorizadas a operar no país deve seguir os mesmos procedimentos relativos às demais empresas constituídas no país, informando como capital integralizado o capital destacado da filial.

### 8.19 Quais as principais alterações em relação ao sistema anterior?

Desde 01/10/2024, não são mais declarados o Quadro Societário e a Declaração Econômico-Financeira. A última Declaração Econômico-Financeira refere-se à data-base 30/06/2024.

Desde 01/10/2024, não é mais necessário atualizar, em até 30 dias, o valor do capital integralizado por cada investidor, após a alteração da composição societária, o que somente será requerido quando da prestação de nova Declaração Periódica, e somente se esta for exigida da Receptora, de acordo com os critérios de obrigatoriedade da referida declaração;

Futuras versões do sistema SCE-IED contemplarão a coleta das declarações periódicas trimestrais, anuais e quinquenais, as quais ainda não podem ser declaradas. A previsão para o início da coleta da declaração periódica trimestral é 11/11/2024 e refere-se à data-base 30/09/2024.

Desde 01/10/2024, não é mais requerida informação sobre a movimentação decorrente de:

- cessão, permuta e conferência de quotas ou ações entre investidores residentes e não residentes, ou entre investidores não residentes;
- reorganização societária;
- reinvestimento.

## 8.20 Foram migrados os dados dos sistemas anteriores?

Em 01/10/2024, na última versão do sistema SCE-IED, os dados cuja prestação de informações ao Banco Central do Brasil continua a ser requerida pelas normas vigentes e que estavam, anteriormente, disponíveis em versão anterior do sistema, continuam automaticamente prontos para consulta e edição, não havendo necessidade de confirmação de migração, por parte dos declarantes.

## 8.21 Há necessidade de confirmação dos dados migrados dos sistemas anteriores?

Não há necessidade de confirmar migração.

## 8.22 É necessário realizar o lançamento de subscrição de capital?

Não. Não há no sistema opção para o lançamento de subscrição de capital.

## 8.23 Como vincular um contrato cambial, liquidado antes de 01/09/2000, a um Código SCE-IED, no sistema?

Os contratos de câmbio liquidados anteriormente a 01/09/2000 não serão visualizados no sistema. O sistema apresentará apenas os contratos de câmbio que contenham um Código SCE-IED (Código com as letras IA + seis algarismos) e que já estavam previamente vinculados. Ressaltamos, ainda, que a partir da data de vigência da Lei nº 14.286/21, somente serão vinculados novos contratos de câmbio ou de movimentação de recursos de interesse de terceiros em contas de não residentes em reais cujos valores sejam iguais ou superiores a USD100.000,00 (cem mil dólares dos Estados Unidos) ou seu equivalente em outras moedas e que contenham o Código SCE-IED.

## 8.24 Para alterações de participação societária de investidor estrangeiro, vinculadas a operações cambiais ou a movimentação de recursos de interesse de terceiros em contas de não residentes em reais, qual data deve ser informada no lançamento de um novo QS atualizado?

Desde 01/10/2024, não é mais requerido e nem mais possível a declaração de QS ou a entrega de Declaração Econômico-Financeira, no sistema SCE-IED. Futuras versões do sistema SCE-IED contemplarão a coleta das declarações periódicas trimestrais, anuais e quinquenais, as quais ainda não

podem ser declaradas. A previsão para o início da coleta da declaração periódica trimestral é 11/11/2024 e refere-se à data-base 30/09/2024.

## 8.25 É necessário lançar distribuição de lucros, dividendos ou juros sobre capital próprio?

Se o pagamento desses rendimentos ao investidor for feito mediante operação de câmbio ou via movimentação de recursos de interesse de terceiros em contas de não residentes em reais, não há necessidade de lançamento manual no sistema, desde que a movimentação seja de valor igual ou superior a USD100.000,00 (cem mil dólares dos Estados Unidos) ou seu equivalente em outras moedas. Valores abaixo deste piso estão dispensados da prestação de informação de movimentação.

Caso o pagamento seja efetuado diretamente no exterior, sem contratação de câmbio, ou no país, sem contratação de movimentação de recursos de interesse de terceiros em contas de não residentes em reais, esta informação deverá ser lançada, manualmente, desde que ela seja de valor igual ou superior a USD100.000,00 (cem mil dólares dos Estados Unidos) ou seu equivalente em outras moedas. Para tanto, consultar a seção [6.6 – Demais movimentações](#)

## 8.26 Qual o procedimento para declarar a venda da participação societária de um investidor não residente para um investidor residente?

Se a venda foi efetuada em uma situação que requer uma transferência de recursos ao exterior, esta remessa deve ser efetuada do adquirente para o investidor não residente.

Desde 01/10/2024, não é mais necessário atualizar, em até 30 dias, o valor do capital integralizado por cada investidor, após a alteração da composição societária, o que somente será requerido quando da prestação de nova Declaração Periódica, e somente nos casos em que esta última for exigida da Receptora, de acordo com os critérios de obrigatoriedade de declaração.

## 8.27 Como proceder quando o Investidor não Residente vendeu suas cotas a um investidor residente, mas o pagamento foi feito no exterior?

Deve-se incluir uma movimentação, conforme a seção [6.6 – Demais movimentações](#), selecionando-se o item “Alienação a residentes”.

Desde 01/10/2024, não é mais necessário atualizar, em até 30 dias, o valor do capital integralizado por cada investidor, após a alteração da composição societária, o que somente será requerido quando da prestação de nova Declaração Periódica, e somente se esta for exigida da Receptora, de acordo com os critérios de obrigatoriedade de referida declaração.

## 8.28 Como proceder quando o Investidor não residente se torna residente no país?

Confirmada a alteração de residência da Pessoa Física, para o País, deve ser inativado o Código SCE-IED referente à participação deste investidor no receptor. Se, futuramente, a pessoa física se tornar novamente um não residente, o Código SCE-IED pode ser ativado novamente.

Desde 01/10/2024, não é mais necessário atualizar, em até 30 dias, o valor do capital integralizado por cada investidor, após a alteração da composição societária, o que somente será requerido quando da prestação de nova Declaração Periódica, e somente se esta for exigida da Receptora, de acordo com os critérios de obrigatoriedade de referida declaração.

## 8.29 Quando um investidor residente se torna não residente (saída definitiva do país), como proceder com a prestação de informações de IED no sistema?

Não necessidade de operação simbólica de câmbio.

Desde 01/10/2024, não é mais necessário atualizar, em até 30 dias, o valor do capital integralizado por cada investidor, após a alteração da composição societária, o que somente será requerido quando da prestação de nova Declaração Periódica, e somente se esta for exigida da Receptora, de acordo com os critérios de obrigatoriedade de referida declaração.

Caso seja necessário liquidar operações de câmbio associadas ao SCE-IED, referentes a este investidor, de valor igual ou superior a US\$100.000,00 (cem mil dólares dos Estados Unidos da América) ou seu equivalente em outras moedas, haverá necessidade de se criar Código SCE-IED para este investidor, previamente à liquidação cambial.

## 8.30 Como proceder no caso de mudança de razão social de receptor ou de investidor não residente?

A mudança da razão social de receptor ou de investidor não residente, ou a alteração de outros dados do CNPJ, após sua emissão, deve ser solicitada diretamente à Receita Federal do Brasil.

## 8.31 Como realizar a transferência de investimento direto para investimento em portfólio e vice-versa?

Para efetivação da transferência, é necessária a realização de operações simultâneas de câmbio, sem emissão de ordem de pagamento do/para o exterior; uma de venda e outra de compra, onde, em uma delas, deve ser informado o Código SCE-IED e, na segunda, o Código RDE-Portfólio, ambos referentes à transferência.

### 8.32 Como realizar conversão de crédito remissível em investimento direto?

A conversão em IED de **crédito externo sujeito à prestação de informações** ao Banco Central do Brasil **será informada no sistema SCE-Crédito apenas**. Quanto à conversão em IED de operações de crédito externo não sujeitas à prestação de informações ao Banco Central do Brasil, e outros casos, consultar a seção [6.4 – Conversão em IED](#). Em quaisquer dos casos, está dispensada a realização de operações simultâneas de câmbio.

### 8.33 Como regularizar, para fins de prestação de informações de IED, a integralização de capital pelo investidor não residente mediante a entrega de imóvel de sua propriedade?

Deverá incluir evento de conversão em IED (ver a seção [6.4 – Conversão em IED](#)), informando o tipo de direito: “Demais”.

Não é necessária operação simbólica de câmbio.

Desde 01/10/2024, não é mais necessário atualizar, em até 30 dias, o valor do capital integralizado por cada investidor, após a alteração da composição societária, o que somente será requerido quando da prestação de nova Declaração Periódica, e somente se esta for exigida da Receptora, de acordo com os critérios de obrigatoriedade de referida declaração. No âmbito do sistema, futuramente será implementada opção para se prestar informação sobre a Declaração Periódica prevista em norma.

### 8.34 Os dividendos, juros e retorno de capital relativos a investimentos lançados em moeda nacional, seja por terem sido ingressados via TIR ou via movimentação de recursos de interesse de terceiros em contas de não residentes em reais, ou por terem sido declarados na forma do art. 5º da Lei nº 11.371/06, podem ser remetidos para o exterior via operação de câmbio ou por movimentação de recursos de interesse de terceiros em contas de não residentes em reais?

As transferências financeiras para o exterior podem ser feitas em qualquer moeda, independentemente da moeda em que foi realizado o ingresso ou a prestação de informações de movimentação.

### 8.35 É possível declarar no Banco Central do Brasil adiantamento para futuro aumento de capital – AFAC?

Não. Somente a partir do efetivo ingresso no capital do receptor deve haver a prestação de informações sobre o IED.

### 8.36 É devida a prestação de informações de IED relativa à participação de investidor não residente em sociedade em conta de participação – SCP?

Sim. A partir da Lei nº 14.286/21, o investimento em receptor do tipo “Sociedade em Conta de Participação (SCP)” é passível de prestação de informações de IED ao Banco Central do Brasil.

### 8.37 Como deve ser lançada uma absorção de prejuízo contábil no sistema?

Não há lançamento para Absorção de Prejuízo no sistema. A Absorção de Prejuízos deverá ser feita conforme legislação societária/contábil em vigor. Também não existe lançamento específico para Redução de Capital.

No âmbito do sistema, futuramente será implementada opção para se prestar informação sobre a Declaração Periódica prevista em norma.

### 8.38 Quais tipos de receptores (Naturezas Jurídicas) são passíveis da prestação de informações de IED?

- 203-8 – Sociedade de Economia Mista
- 204-6 – Sociedade Anônima Aberta
- 205-4 – Sociedade Anônima Fechada
- 206-2 – Sociedade Empresária Limitada
- 207-0 – Sociedade Empresária em Nome Coletivo
- 208-9 – Sociedade Empresária em Comandita Simples
- 209-7 – Sociedade Empresária em Comandita por Ações
- 212-7 – Sociedade em Conta de Participação
- 213-5 – Empresário (Individual)
- 214-3 – Cooperativa
- 215-1 – Consórcio de Sociedades
- 216-0 – Grupo de Sociedades
- 217-8 – Estabelecimento, no Brasil, de Sociedade Estrangeira
- 219-4 – Estabelecimento, no Brasil, de Empresa Binacional Argentino-Brasileira

- 222-4 – Clube/Fundo de Investimento
- 223-2 – Sociedade Simples Pura
- 224-0 – Sociedade Simples Limitada
- 225-9 – Sociedade Simples em Nome Coletivo
- 226-7 – Sociedade Simples em Comandita Simples
- 227-5 – Empresa Binacional
- 228-3 – Consórcio de Empregadores
- 229-1 – Consórcio Simples
- 230-5 – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Empresária)
- 231-3 – Empresa Individual de Responsabilidade Limitada (de Natureza Simples)
- 232-1 – Sociedade Unipessoal de Advogados
- 233-0 – Cooperativas de Consumo
- 234-8 – Empresa Simples de Inovação - Inova Simples
- 306-9 – Fundação Privada
- 307-7 – Serviço Social Autônomo
- 320-4 – Estabelecimento, no Brasil, de Fundação ou Associação Estrangeiras
- 324-7 – Fundo Privado
- 330-1 – Organização Social (OS)
- 332-8 – Plano de Benefícios de Previdência Complementar Fechada
- 399-9 – Associação Privada

**Fonte:** <https://concla.ibge.gov.br/estrutura/natjur-estrutura/natureza-juridica-2021>

### 8.39 Preciso alterar o contato do receptor. Como devo proceder?

Para alteração de qualquer dado de contato – responsável, e-mail ou telefone -, acessar o sistema e clicar no botão <🔗 [Alterar dados de contato](#)> , do lado direito da tela, no campo “Dados de Contato”. O Banco Central do Brasil não realiza a alteração destas informações no sistema, pois somente o receptor e seu mandatário podem fazê-lo. Consultar a seção [3.5 – Dados de Contato para comunicação](#).